

Construir

Grêmios

de Luta

2ª edição
revista e ampliada



Rede Estudantil Classista e Combativa (RECC)

Contatos:

E-mail: [rede.mecc@gmail.com](mailto:redemecc@gmail.com)

Site: www.avanterecc.wordpress.com

Filiada ao Fórum de Oposições pela Base (FOB)

Contatos:

E-mail: lutafob@riseup.net

Site: www.lutafob.wordpress.com

Facebook: www.facebook.com/lutafob

Cartilha da RECC – Rede Estudantil Classista e Combativa

Construir Grêmios de Luta

Março de 2016

SUMÁRIO

Apresentação	6
CAPÍTULO 1 – O que é Rede Estudantil Classista e Combativa? ..	7
1.1 Nossos Princípios	8
1.2 Entre outras Reivindicações, pelo que Lutamos?	10
1.3 Métodos de Luta	11
CAPÍTULO 2 – O Movimento Estudantil ontem e hoje	12
2.1 A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)	12
2.2 A UNE dos anos 1960-70: aliada dos trabalhadores	13
2.3 O assassinato de Edson Luís e O Dia Nacional de Luta dos Estudantes	14
2.4 A re-fundação da UNE em 1979: Controle burocrático e eleitoral	14
2.5 Eleição do PT em 2002 e a política governista da UNE e UBES ..	16
2.6 O “para-governismo”: ANEL e Oposição de Esquerda-UNE	17
2.7 A luta dos estudantes e da juventude alimentada pelas Jornadas de Junho de 2013	19
CAPÍTULO 3 – Avanço do Neoliberalismo no Ensino Básico e a necessidade de um Programa de Lutas	20
3.1 A farsa da “Pátria Educadora”	21
3.2 Militarização das escolas	22
3.3 Superexploração da Juventude	23
3.4 Nem ENEM, nem Vestibular: Livre Acesso Já!	24

CAPÍTULO 4 – O que é o Grêmio Estudantil? 26

4.1 Lutar para Estudar! Estudar para Lutar! 27

CAPÍTULO 5 – Como Construir um Grêmio? Passo a passo 29

5.1 Quando não há um Grêmio Estudantil 30

5.2 Quando há um Grêmio Estudantil 34

5.3 Como e porque manter um Grêmio ou um Coletivo ativo e de referência? 37

5.4 Como Organizar uma Assembleia 43

5.5 Política Financeira e Captação de Recursos para o Grêmio Estudantil 45

CAPÍTULO 6 – Legislação Nacional para Grêmio Estudantil 47

A Lei Nº 7.398, de novembro de 1985 ('Lei do Grêmio-Livre') 48

Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (o "ECA") 48

CAPÍTULO 7 – Reorganização pela Base: Democracia, Ação Direta e Unidade com a Classe Trabalhadora 49

7.1 O significado da Independência, a importância da União e o Compromisso com a Luta 50

7.2 A escola como centro de Luta Popular-Comunitária 52

7.3 Construir Coordenações Estudantis por Bairro e Cidade 53

CAPÍTULO 8 – Modelo de Estatuto para o Grêmio Estudantil Clássico e Combativo 55

“Devemos partir para ação direta, ou seja, nós mesmos tomarmos parte na luta, sem esperar que outros resolvam nossos problemas. Através da ação direta, conseguiremos garantir nossos direitos hoje e um futuro melhor para o nosso povo amanhã.”

Ação Direta Estudantil (ADE-RJ).

Apresentação

Olá! A Cartilha que você tem em mãos tem o objetivo de te ajudar a iniciar ou continuar a Construção de um Grêmio, um Coletivo, campanhas e lutas.

Diferente de outras Cartilhas disponibilizadas por governos, entidades ligadas ao governo, ONGs ou partidos, buscamos oferecer uma opção alternativa, crítica e que acredita na força da ação autônoma dos estudantes!

Trabalhamos com um ponto de vista independente e combativo, estes princípios guiam todo este material. A Cartilha foi produzida a partir de várias experiências da nossa atuação no movimento estudantil em geral, e no movimento secundarista em particular.

Você poderá achar a Cartilha muito grande. Alguns acharam que trata de temas que já sabe; outros acharão que trata de assuntos que ainda não entende muito bem ou situações que nem imaginou ocorrer. É que esta Cartilha tenta apresentar desde o “bê-á-bá”, explicando o que é um Grêmio e como organizá-lo; até debates maiores, como uma breve história do movimento estudantil no Brasil e quais nossa tarefas para além das escolas. Pensamos em ajudar tanto na **forma** quanto no **conteúdo** de um Grêmio: pensa-lo por completo.

Portanto sinta-se a vontade para ler e utilizar os capítulos mais interessantes para você e sua luta! Temos certeza que pelo menos um lhe será útil.

Recomendamos que este material não seja usado isoladamente e nem só individualmente. Junto a Cartilha, vídeos e documentários podem ser usados de modo auxiliar. Um bom passo será a leitura e debate coletivo desta Cartilha. Vocês podem marcar um sábado para debatê-la, ou ir debatendo um capítulo por reunião, por exemplo.

***“Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu?
Aqui está presente o movimento Estudantil!”***

1

O que é a Rede Estudantil Classista e Combativa?

Entre os dias 11 e 14 de junho de 2009, ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso Nacional de Estudantes (CNE). Este congresso foi parte de um processo de autocrítica que o movimento estudantil brasileiro vinha passando, desde que suas principais entidades, União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), tornaram-se defensoras do governo do PT e de reformas e programas que destroem a educação pública. A UNE e a UBES viraram inimigas dos estudantes.

No CNE foi convocada uma Plenária dos Estudantes Classistas e Combativos. A ideia desta plenária era articular através de coletivos e entidades de base (como Grêmios, Centros Acadêmicos, etc.) um movimento estudantil combativo e independente que realmente lutasse contra o governo, que defendesse os métodos de ação direta do povo ao invés da concepção burocrática e eleitoral dos partidos e entidades (UNE e UBES). Durante essa Plenária surge a Rede Estudantil Classista e Combativa – RECC.

A RECC se organiza por coletivos e oposições estudantis que atuam nas escolas, secundaristas e técnicas, e nas universidades brasileiras, públicas e privadas. Esses coletivos da RECC reúnem os estudantes mais ativos e conscientes dos Grêmios e entidades universitárias, os coletivos se unem em seções por cidade e se unificam nacionalmente por uma coordenação executiva nacional. O jornal “Avante” e os Comunicados são seus meios de propaganda nacional. Seguindo sua concepção classista, a RECC constrói o Fórum de Oposições pela Base (FOB) junto a outras organizações autônomas de trabalhadores.

Fundar uma nova entidade autônoma que represente os interesses estudantis é uma tarefa histórica da qual a RECC pretende ajudar decisivamente na construção. Nesse sentido, os militantes secundaristas da RECC devem atuar no interior dos Grêmios para ajudar na sua organização e na sua orientação. Devem ajudar na construção de lutas estudantis e na construção de Coordenações Autônomas locais e regionais de secundaristas.

A grande massa de estudantes está concentrada nas escolas públicas, e estas escolas na maioria das vezes estão em condições muito precárias, com quadras de esporte e salas de aula em péssimo estado, com professores e demais funcionários recebendo baixos salários, transformando assim as escolas em um verdadeiro barril de pólvora para a rebelião dos estudantes e da comunidade. A RECC se propõe a ser a faísca que acenderá a chama da organização e da ação direta estudantil. Os estudantes organizados na RECC devem ser os primeiros a se lançar na luta e os últimos a sair dela.

Portanto, a organização dos secundaristas é fundamental para construir um Movimento Estudantil forte e unido. A presente cartilha tem o objetivo de ajudar a organização de Grêmios estudantis, apresentar algumas informações importantes sobre a história e reivindicações estudantis.

1.1 Nossos Princípios

AÇÃO DIRETA: é o princípio que defende que para conquistar direitos e alcançar mudanças, os estudantes e os trabalhadores devem tomar o destino em suas mãos. Ou seja, a luta deve ocorrer através de protestos, ocupações, greves, etc. É uma oposição a meios indiretos, tais como a eleição de representantes políticos nos governos, que prometem soluções para uma data posterior, ou depositar ilusões no sistema

jurídico. Portanto, ação direta não quer dizer, necessariamente, ação violenta, e sim o povo sendo agente das próprias mudanças.

AUTONOMIA FRENTE A PARTIDOS E GOVERNOS: o vínculo com o governo traz junto à necessidade de defendê-lo em troca de cargos e benefícios. Mesmo quando os governos estão aplicando medidas que prejudicam a vida da população, vemos que os movimentos estudantis “go-

vernistas” deixam em segundo plano as reivindicações estudantis. Para garantir que nossos objetivos sejam atendidos, não podemos nos vincular a nenhum governo, afinal o governo costuma ter um lado, que não é o nosso. Quando se defende autonomia também frente a partidos isso se dá pelo fato de os partidos que temos atualmente são “eleitores”, isto é, buscam entrar no governo a qualquer custo e pela experiência podemos ver que aqueles que entram no governo costumam ter medidas bem parecidas com todos os outros anteriores. Muda-se o discurso, mas a prática é a mesma.

ANTI-GOVERNISTA: Quando falamos da importância de ser anti-governista estamos defendendo que além de mantermos a autonomia frente aos governos, devemos lutar

contra ele, mesmo que se diga de “esquerda”. Isso foi algo que não aconteceu com a UNE que defende o governo do PT desde 2002, recebendo verba até para a realização dos seus congressos. O “governismo estudantil” da UNE e da UBES deve ser criticado e combatido, pois atrapalha e trai a luta dos estudantes.

ANTIRREFORMISTA: O sistema capitalista é um sistema baseado na opressão e na desigualdade, sem ricos e pobres o sistema capitalista acaba. Sendo assim, se quisermos o fim das desigualdades não temos que lutar simplesmente para reformar o sistema capitalista, mas sim lutar para que ele acabe.

DEMOCRACIA DE BASE: Hoje existe uma prática burocrática (antidemocrática) de grupos e partidos que dominam algumas organizações estudantis. Nós acreditamos que as organizações devem tomar decisões de baixo para cima, e não o contrário. Defender isso quer dizer que os estudantes devem ter maior poder de decisão do que a diretoria do Grêmio ou de uma entidade. A diretoria do Grêmio e outras entidades representativas não devem nunca colocar seus interesses acima dos interesses dos estudantes. Na democracia de base, as assembleias são a instância superior de um Grêmio Estudantil.



CLASSISTA: acreditamos que a sociedade é dividida em classes, de um lado temos os capitalistas (os donos de grandes empresas, de grandes propriedades de terra, donos dos bancos) que têm interesses diferentes da outra classe, a classe trabalhadora (composta pela maioria da população que trabalhar diariamen-

te para tirar seu sustento ou que está desempregada). Os trabalhadores, apesar de tudo produzirem, ficam com uma pequena parcela da riqueza. Sendo assim, acreditamos que os estudantes que fazem parte da classe trabalhadora devem se organizar e lutar junto dessa classe. A vitória dela será a sua e vice-versa.

1.2 Entre outras Reivindicações, pelo que Lutamos?

- ✓ Abaixo a farsa da Pátria Educadora do governo Dilma!
- ✓ Contra o Plano Nacional da Educação (PNE) e seus programas (Prouni, Fies, Pronatec etc.) que dão dinheiro público para a o ensino privado! Mais vagas nas Universidades Públicas!
- ✓ Contra a privatização da educação via “Organizações Sociais”!
- ✓ Contra a entrega da gestão escolar para a PM! Militarização não é a solução!
- ✓ Reforma e construção de mais escolas! Vagas pra quem quer estudar!
- ✓ Reforma e cobertura das quadras esportivas!
- ✓ Aumento do número de professores, orientadores pedagógicos e funcionários!
- ✓ Aumento salarial para professores e funcionários!
- ✓ Abaixo a terceirização nas escolas públicas! Pela imediata incorporação dos terceirizados ao quadro efetivo!
- ✓ Passe livre sem restrições!
- ✓ Democratizar as escolas: Voto universal nas eleições para diretores das escolas! Assembleia Comunitária como órgão de pressão e poder popular!
- ✓ Universalização completa do ensino superior público. Nem

- Enem, nem vestibular, acesso livre já!
- ✓ Fim do sistema de aprovação automática!
- ✓ Fim do IDEB e toda forma de hierarquização governamental!
- ✓ Fim do Programa Ensino Médio Inovador (Proemi)!
- ✓ Assistência estudantil (todo tipo de assistência ao estudante, como psicológica, nutricional, médica, odontológica, etc.).
- ✓ Redução das mensalidades nas escolas particulares! Educação não é mercadoria!
- ✓ Liberdade de organização estudantil, nenhuma repressão das direções e outras instituições!

1.3 Métodos de Luta

- Desobediência (greves de estudantes, paralisações para assembleias, recusa de participar em aulas ou provas em horários de reunião ou assembleia);
- Passeatas e greve estudantil;
- Ocupações de escolas, de órgãos do governo, secretarias de educação, de empresas de ônibus, etc.;
- Vigílias em frente à casa de deputados, governadores, de donos de empresas de transporte, do Conselho Tutelar, de delegacias, etc.;
- Promoção de eventos culturais e informativos (shows, festas, bailes, palestras, exposições, etc.);
- Barricadas ou obstruções em rodovias e estradas do município;
- Abaixo-assinados;
- Panfletagem, colagem de cartazes, grafites;
- Comunicações, campanhas e propagandas generalizadas pela cidade (murais, cartazes, faixas, jornais, etc.);
- Festivais culturais, cine clubes e mídia-ativismo;

2

O Movimento Estudantil ontem e hoje

Conhecer a história é muito importante para entender o presente. Muitas coisas que pensamos e fazemos hoje, outros já fizeram muitos anos atrás. Aprender com os erros e acertos do passado é fundamental para aqueles que acreditam na luta de nosso povo, para os jovens que querem do fundo do coração uma mudança, uma revolução em nosso país. E o movimento estudantil tem uma história gloriosa e combativa escrita pelo suor, dedicação e sangue de milhares de jovens. Essa história virou livros, músicas, estudos acadêmicos e, acima de tudo, inspiração e orientação para as nossas lutas além, é claro, de conquistas de direitos para nós hoje.

2.1 A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)

A UNE foi criada em 1937, durante o “Estado Novo” (ditadura de Getúlio Vargas). Desde então, a UNE foi dominada pelos partidos burgueses, grupos políticos da esquerda eleitoreira e da Igreja Católica. Assim, em seu segundo Congresso elege como Presidente de honra, Getúlio Vargas.

Em 1947, sob a hegemonia do Partido Socialista Brasileiro (PSB), participa da campanha "O Petróleo é Nosso".

Após a participação da direita, inicia-se na entidade um período de ascensão das organizações católicas

de esquerda. Começa com Aldo Arantes e depois culmina na vitória para presidente de Jose Serra, militante da Ação Popular (AP). Esta

organização havia surgido de uma dissidência entre a hierarquia religiosa e o grupo da Juventude Universitária Católica (JUC).

2.2 A UNE dos anos 1960-70: aliada dos trabalhadores

No período que vai de 1964 a 1973 podemos identificar a UNE como uma organização irmã dos trabalhadores e camponeses. Organizações revolucionárias como VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares) e ALN (Aliança Libertadora Nacional, da qual fazia parte Carlos Marighella) dentre outras organizações passam a atuar no movimento estudantil e dirigiram várias entidades representativas (Grêmios, entidades estaduais, etc.).

Vários estudantes e trabalhadores, militantes dessas organizações revolucionárias, morreram em combate contra a ditadura civil-militar. Desde o início da Ditadura até o ano de 1973, o movimento estudantil atuou em colaboração com o movimento dos trabalhadores e camponeses e combateu a política educacional da ditadura expressa principalmente nos acordos entre o Ministério da

Educação e a USAID (agência de “desenvolvimento” norte-americano).

A invasão policial ao Congresso da UNE em Ibiúna/MG em outubro de 1968 reforçou a perseguição política ao movimento estudantil, principalmente das organizações classistas e combativas. Foi uma das ações da ditadura para endurecer o regime militar, para controlar o avanço das ideias revolucionárias dentro da UNE e do Movimento Estudantil. Em dezembro de 68 seria decretado o AI-5: Ato Institucional nº 5, decreto mais autoritário da ditadura e que censurou por definitivo toda liberdade de propaganda, organização e reunião. Portanto, desde o final de década de 1968 a UNE e a UBES passam a agir clandestinamente, deixando de existir em meados da década de 1970.

2.3 O assassinato de Edson Luís e O Dia Nacional de Luta dos Estudantes



No dia 28 de março de 1968 o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi assassinado pela Polícia Militar (PM) do Rio de Janeiro, fazendo dele a primeira das incontáveis vítimas estudantis da ditadura. Nos dias e semanas após a morte de Edson Luís foram registrados protestos em todo o Brasil contra a ditadura e a repressão. Nos dias de hoje, a RECC todos os anos faz questão de manter viva a memória do camarada Edson Luís e de todos aqueles que foram perseguidos, torturados ou assassinados no enfrentamento da sanguinária ditadura civil-militar da burguesia brasileira. O dia 28 de março é o Dia Nacional de Luta dos Estudantes!

2.4 A re-fundação da UNE em 1979: Controle burocrático e eleitoreiro

A UNE vai ser refundada apenas em 1979. Mas isto ocorre em um contexto bem diferente. A esquerda revolucionária que participou da luta armada (1968-75) já havia sido derrotada e não representava quase nenhuma influência no Movimento

Estudantil. O modelo universitário da ditadura já estava consolidado. A partir de então, a entidade passa a ser comandada pelos grupos que viriam a fundar o PT e, principalmente, pelo PCdoB - através da UJS (União da Juventude Socialista).

Esses partidos utilizam a UNE para travar a luta pela redemocratização, acreditando cegamente na política eleitoreira e oportunista, pois utilizariam as entidades do movimento estudantil para promover seus futuros candidatos. Alguns exemplos são: Lindberg Farias (PT), Renildo Calheiros (PCdoB), Fernando Gusmão (PCdoB), e Aldo Rebelo (PCdoB, Ministro do Esporte durante a Copa da FIFA).

Esses partidos defenderam uma política corporativista para o Movimento Estudantil, ou seja, isolaram o movimento do resto das lutas populares. Desconsideravam o potencial de mudança dos estudantes, impondo ao movimento um papel “secundário” nas transformações sociais. Como acreditavam que as mudanças viriam pela via eleitoral, utilizaram o estudante como “boiada” em atos específicos e base de apoio dos seus candidatos. O movimento abdicou de ter suas bandeiras reivindicativas e se aliar aos outros setores da classe trabalhadora para construção de lutas e greves gerais.

Um exemplo muito claro dessa é a UBES: qual campanha, luta ou reivindicação existe hoje a nível nacional dos secundaristas? Nenhuma! A UBES é uma entidade que não vive

da luta de milhões de estudantes, ela vive das disputas pelo poder dos partidos que querem ter acesso a estrutura da entidade para colocá-la a serviço dos seus candidatos nas eleições. Exatamente por isso, a grande massa de estudantes não conhece ou é indiferente frente à existência da UBES, pois não é um real instrumento de luta.

Para impor essas concepções políticas ocorreu uma profunda burocratização dos Congressos dessas entidades, onde todo tipo de pilantragem e “ganguismo” era (e ainda é) praticado: agressão aos grupos de oposição, fraude em eleições, etc. Os congressos não representavam mais a base dos estudantes. O movimento estudantil passou por uma imensa desmoralização.

O desvio oportunista da UNE pode ser vista no movimento dos “caras pintadas”. A entidade foi às ruas “contra a corrupção” e pedindo o impeachment de Fernando Collor, buscando retirar um político para colocar outro corrupto no lugar. A luta pelos direitos dos estudantes e do povo foi desviada por interesses eleitorais e por uma bandeira burguesa.

2.5 Eleição do PT em 2002 e a política governista da UNE e UBES



Após as eleições de 2002 em que Lula (PT) ganha as eleições presidenciais, a UNE e a UBES passam “de mala e cuia” pra dentro do governo. Desde então a UNE e a UBES apóiam e formulam políticas para o Ministério da Educação, fazendo parte, inclusive, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e assinando embaixo de políticas que vão contra os interesses dos estudantes e do povo em geral.

A mais de uma década no poder, o governo do PT não atendeu as demandas estudantis. Através de pro-

gramas como FIES e PROUNI o governo isentou de impostos as faculdades particulares ao invés de investir em mais vagas nas universidades públicas. A expansão das universidades públicas através do REUNI veio junto com um pacote obrigatório de precarização dos cursos e privatização interna das universidades (através de Fundações privadas, terceirizações, etc.), ou seja, na contramão da concepção emancipadora de educação que sempre lutou o movimento estudantil. O discurso superficial de inserção dos estudantes pobres nos cursos universitários escondeu os interesses

econômicos que estavam servindo na política geral, e que a expansão se deu muito mais no ensino privado do que no público.

Durante todo o governo petista a UNE e a UBES foram os “carros-chefes” de defesa dessa política educacional. Muitas lutas ocorreram pelo Brasil: a luta pelo passe-livre em 2004, a onda de ocupações de reitorias em 2007/08, a greve nacional das universidades em 2012, a Jornada de Junho de 2013 e as ocupações de escolas em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro em 2015 e

2016. Em todos esses processos essas entidades ao invés de ajudarem nas lutas, participaram dos movimentos para destruir eles por dentro. Por conta de suas práticas oportunistas (negociando com os governos nas costas dos movimentos, etc.) foram inclusive expulsos de muitos espaços de luta por milhares de estudantes.

A traição da UNE e UBES gerou muitos rachas nas entidades e abriu espaços para alternativas de organização e ação dos estudantes. A RECC é fruto desse processo.

2.6 O “para-governismo”: ANEL e Oposição de Esquerda na UNE

A principal proposta de ruptura com a UNE foi o Congresso Nacional dos Estudantes (CNE) ocorrido em 2009 e que reuniu milhares de estudantes do país inteiro. O maior setor a convocar o espaço era o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Porém, esse grande congresso foi “a montanha que pariu um rato”, como diz o ditado. Criou, de cima para baixo, uma nova entidade “representativa” (a Assembleia Nacional de Estudantes Livre – ANEL) aparelhada por um partido igualmente eleitoral, reproduzindo os

mesmos erros burocráticos e corporativistas da UNE.

O objetivo da ANEL seria agregar numa mesma entidade estudantil os partidos eleitorais da “Frente de esquerda” (PSTU, PSOL e PCB). A concepção, portanto, não era construir uma entidade para servir aos interesses dos amplos setores estudantis, mas para servir de base de mais uma coligação eleitoral. Por isso a primeira deliberação do CNE foi aprovar a criação da entidade, antes mesmo de se debater os

Quem vai puxar quem?

“porquês” da sua criação, ou seja, seu programa! Essa foi a principal divergência existente que dividiu naquele congresso a estratégia e concepção de Movimento Estudantil da RECC e da ANEL (veja o primeiro texto “O que é a RECC?”).

Porém, o PCB e as correntes internas do PSOL nunca aderiram a essa entidade proposta pelo PSTU. E até hoje a maioria das correntes do PSOL permanece dentro da UNE, ocupando cargos e se utilizando da burocracia da mesma. O PSOL hoje faz parte de um grupo chamado Oposição de Esquerda (OE-UNE) que se presta ao papel de legitimar essa entidade inimiga dos estudantes. E mesmo que façam críticas ao “setor majoritário da UNE” (sua direção), se beneficiam diretamente da estrutura da UNE, que é dependente política e economicamente do Estado.

Tanto a ANEL como a OE-UNE são chamadas de para-governistas, pois, apesar de se dizerem da “oposição de esquerda” ao governo do PT, eles reforçam a mesma prática dos governistas no movimento social. Elas fazem o papel do governismo por outros meios, no fim das contas



buscando substituir o governo do PT pelo seu próprio governo.

Por isso, é mais do que necessário organizar um novo movimento estudantil com uma verdadeira mobilização pela base, de forma independente e combativa. E romper definitivamente com a UNE e com a ANEL. As práticas eleitoreiras que impregnam o Movimento Estudantil desde a década de 80 devem ser destruídas. Precisamos construir um movimento classista e combativo que leve para as ruas de todo o Brasil bandeiras como o passe livre, fim do vestibular, mais verbas para a educação, fim do monopólio da cartinha estudantil por UNE/UBES, eleição com voto universal para direção das escolas, crítica às eleições estatais dentre outras.

2.7 A luta dos estudantes e da juventude alimentada pelas Jornadas de Junho de 2013

O levante popular de junho de 2013 durante a “Copa das Confederações” deixou um grande legado para o povo brasileiro: uma nova experiência de luta. Ela não caiu do céu, foi fruto de conflitos sociais envolvendo grande parte da população: estudantes, camelôs, professores, terceirizados, indígenas, camponeses, moradores de favela, etc. Também não se perdeu: as ocupações de escolas em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro em 2015 e 2016 são um reflexo da ação direta autônoma experimentada por milhares de jovens em junho de 2013.

Desde as jornadas de junho temos uma geração que se forma na base de novos acontecimentos, ações e debates coletivos, conflitos de rua: são outras experiências forjando outra tradição de luta. Hoje se discute política de uma forma mais aberta, temas que antes seriam “chatos” hoje é importante ter uma opinião e saber se posicionar.

Uma grande lição das lutas de 2013 é a negação dos métodos tradicio-



nais e “ordeiros” dos movimentos estudantis e sindicais burocráticos (UNE, CUT, Anel, etc.). As Jornadas de Junho foi um ensaio do poder que povo pode ter! Esse poder popular não é possível tendo ilusões com partidos oportunistas, mas somente através da força coletiva, união e solidariedade.

Não é pedindo, mas exigindo e impondo a governos e empresas suas exigências que o povo é capaz de se transformar em agente político. Ocupar prédios públicos, fechar ruas, ocupar o espaço público da cidade e defender-se da polícia quando essa reprime são os meios à disposição dos oprimidos para fazer valer seus direitos, o que demonstra a incapacidade das vias tradicionais de canalizarem as vozes populares.

3

Avanço do Neoliberalismo no Ensino Básico e a necessidade de um Programa de Lutas

Os estudantes secundaristas estão mais do que nunca em um momento defensivo sofrendo vários ataques sejam dos Governos Estaduais ou Federal, assim como dos empresários nacionais e internacionais que lucram com a educação brasileira.

O neoliberalismo mostra suas caras nas escolas claramente através do modo como elas estão condicionadas a funcionarem semelhantes à gestão empresarial, ou seja, devem buscar o máximo de “eficácia”, “produtividade” e “desempenho”. Para estimular a competição são criados rankings e gratificações para as escolas que melhor se classificarem em exames nacionais e metropolitanos.

A criação desses exames (como IDEB, Prova Brasil, etc.) revela por trás deste programa governamental com seus índices e metas o seu real interesse e finalidade: formação de mão-de-obra para o aumento da produtividade capitalista, assim como a formulação de um “diagnóstico” das escolas para a melhor alocação de capital e investimentos favoráveis às grandes empresas que lucram com a educação.

3.1 A farsa da “Pátria Educadora”

Após as eleições de 2014 a presidente Dilma lançou o lema do governo: “Brasil, Pátria Educadora”. Como se não bastasse os cortes nas áreas de educação logo no início de 2015, 2016 etc., o governo Dilma (PT) escreveu um documento oficial chamado “Pátria Educadora” que representa muitos retrocessos para a educação pública. É a mais nova aplicação das políticas neoliberais dos governos do PT. Segue a mesma concepção do Plano de Desenvolvimento Educacional do governo Lula (que criou o Proni e Reuni, por exemplo) e do novo Plano Nacional de Educação do primeiro mandato de Dilma (que serviu de base para projetos como PRONATEC e o Ensino Médio Inovador).

Alguns dos principais ataques presentes no documento “Pátria Educadora” são:

- 1) privatizar a educação básica brasileira vinculando a administração das escolas às Organizações Sociais (OS);
- 2) a reestruturação curricular no ensino médio aprofundando uma concepção educacional tecnicista e



vinculando as escolas ao sistema S (SESI, SENAI, etc.) fornecendo mão de obra barata (sem direitos trabalhistas) a iniciativa privada;

- 3) Responsabiliza os problemas da educação nas costas do professor, prevendo ataques aos direitos dos mesmos;

- 4) estabelece uma base nacional curricular comum, indo na contra-mão do debate pedagógico em estabelecer um currículo de acordo com as especificidades regionais e culturais;

- 5) Pretende criar grandes centros de excelência chamadas de escolas “Anísio Teixeira” aumentando, ainda mais, a desigualdade entre as grandes escolas e as “escolas comuns” precarizadas;

6) Premiando as escolas com “melhor desempenho” em sistemas avaliativos suspeitos e limitados, aprofundando a meritocracia na educação (meritocracia é política de estabelecer a competição entre as escolas, professores e alunos, e tem como consequência não igualar as escolas e sim aumentar a desigualdade entre elas).

O Pátria Educadora prevê a expansão das Organizações Sociais, chamadas de OS, na educação. As OS seriam responsáveis por gerenciar as escolas, receber recursos públicos e administra-los de forma privada, em vários casos podendo fazer contratação de professores em regimes flexíveis e com menores salários. Além de estar presente no programa “Pátria Educadora” do gover-

no Dilma, as OSs já estão em curso em várias cidades e estados do país: Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal, dentre outros. Ela tem representado uma política nacional de privatização de serviços públicos, especialmente saúde e educação, e tem tido como consequência a precarização e desvio de função (ao invés de servir ao público, servem aos interesses das empresas gestoras).

No âmbito da educação, as OS's vão piorar ainda mais as condições dos trabalhadores da educação e tenhamos certeza de que isso irá se refletir diretamente nas salas de aula. Sob gerência da OS, a escola perde a autonomia, passando então a intensificar a lógica tecnicista e meritocrática do ensino público.

3.2 Militarização das escolas

O estado de Goiás está sendo utilizado como “laboratório” de uma das práticas mais reacionárias e repressoras da educação brasileira. O projeto de militarização das escolas públicas do governador Marconi Perillo (PSDB) pretendia chegar até o final de 2015 ao número de 43 escolas cuja gestão estaria a cargo da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar.

Mas esta pretensão não se realizou devido às ocupações de escolas pelos estudantes. A alegação para militarizar as escolas é a grande violência entre os jovens. Mas a violência não nasce estritamente no ambiente escolar, mas em todas as condições sociais de desigualdade. A militarização, além da repressão ideológica, estaria impondo a disci-

plina militar e a ideia de manter a ordem social capitalista.

Podemos sintetizar os problemas por traz da militarização:

- 1) dificulta aos alunos de baixa renda a terem acesso a escolas próximas de suas casas (pois nas escolas militarizadas é obrigatória uma taxa de mensalidade, compra de uniformes e livros),
- 2) a organização interna autoritária não tem nenhum compromisso em resgatar o aluno que tem problemas disciplinares preferindo expulsar o aluno ao invés de investir em práticas pedagógicas que realmente envolvam o estudante com a comunidade escolar;
- 3) Muitas dessas escolas possuem provas para o ingresso do estudante e cotas para filhos de militares (al-



gumas chegando a 50%!), tanto a prova quanto a política de expulsão apenas transferem os “alunos-problema” para outras escolas e melhoram artificialmente as notas e méritos das escolas militarizadas. Por trás da aparência de “escola de qualidade” se esconde a exclusão e a repressão;

- 4) A PM, que é uma instituição preconceituosa e historicamente repressora do povo, influenciaria nos métodos pedagógicos.

3.3 Superexploração da Juventude

Entre os segmentos superexplorados da classe trabalhadora está a juventude. Os jovens brasileiros somam 50,2 milhões de pessoas, o que representa 26,4% da população.

Segundo estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), de 2007, 84,2% da juventude vive em famílias de renda domiciliar de até dois salários mínimos.

Mesmo diante da necessidade de ajudar suas famílias, os jovens brasileiros não conseguem entrar no mercado de trabalho. O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) aponta que, em 2007, 60,74% das fileiras do exército de desempregados nacional eram formadas por jovens – o que equivale a 4,8 milhões de jovens desempregados. O instituto aponta ainda que, naquele ano, 30% dos jovens na faixa etária de 21-29 anos trabalhavam em condições precárias, sem carteira assinada; e que, de 1987 a 2007, o desemprego nessa mesma faixa etária cresceu de 5% para 11%.

Somam-se a isso as várias formas de repressão aos jovens: repressão dentro das escolas, repressão policial nas ruas e bairros, repressão às expressões culturais (hip-hop, skatistas, roqueiros, punks, torcidas organizadas, etc.), repressão à sexualidade, dentre outras formas que são utilizadas para disciplinar e submeter os jovens aos padrões de vida do capitalismo.

Fica claro que as lutas da juventude não podem estar isoladas das lutas do conjunto do proletariado, pois a exploração e a miséria dos jovens só podem ser combatidas a partir da resistência contra a burguesa.

3.4 Nem ENEM, nem Vestibular: Livre Acesso Já!

Um programa classista deve colocar como principal foco o combate ao elitismo, repressão e a precarização do ensino. Deve combater tanto as formas de discriminação de acesso e permanência nas escolas e universidades, como das condições e função das instituições de ensino. O objetivo principal deve ser o combate geral as duas faces do sistema de ensino: a *precarização* e o *elitismo*.

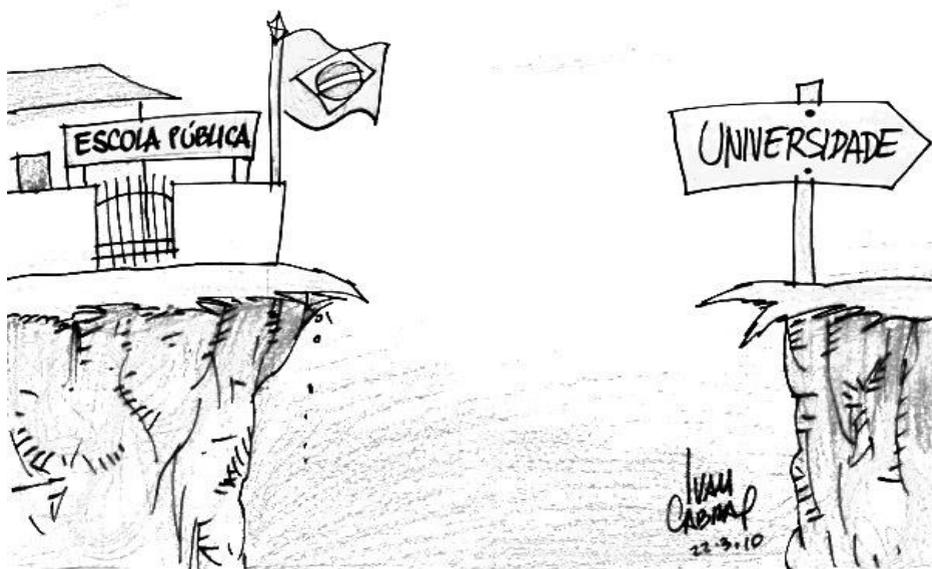


Devemos combater também a subordinação da educação as funções gerais do capitalismo (mera reprodução de força de trabalho, lucro das empresas ou formação de quadros dirigentes). As nossas bandeiras de luta devem combater ao mesmo tempo duas falácias. A da “impossibilidade” da expansão do ensino superior e a falácia da prioridade de investimento na educação básica.

Nesse sentido, devemos lutar: 1) por mais recursos e melhores condições de ensino (verbas para infraestrutura de escolas, etc.); 2) universalização da educação pública (básica e superior nas suas diversas modalidades, incluindo creches e pós-graduação); 3) contra a militarização e privatização das escolas e univer-

sidades. A possibilidade da universalização do ensino superior pode ocorrer de duas maneiras: nacionalização sob o controle dos trabalhadores das universidades privadas e recursos para duplicação do conjunto das vagas. Por isso devemos combater tanto o funil elitista do vestibular, quanto à precarização e fortalecimento das universidades privadas (por meio de programas do governo como o Prouni e Fies).

Esse programa expressa a concepção de o sistema de ensino deve atender aos interesses dos trabalhadores enquanto classe. A educação não deve ser um elemento de reprodução da exploração, mas um elemento a mais na luta contra a exploração. Por isso *nem ENEM, nem Vestibular: Livre Acesso Já!*



4

O que é o Grêmio Estudantil?

Muitas vezes os estudantes reclamam de problemas nas escolas, mas por fazerem isso sozinhos, sem organização e de forma envergonhada, estes problemas continuam. Banheiros sem condições de uso, laboratórios com falta de equipamento, problemas na merenda e no transporte escolas, quadras sem cobertura, cobrança por apostilas de estudo, bebedouros quebrados, professores autoritários, falta de vaga nas escolas próximas a nossa casa etc.

São problemas comuns em muitas escolas Brasil a fora. E são problemas que afetam a qualidade do nosso ensino, prejudicando nossa formação intelectual, profissional, nosso desenvolvimento físico e como seres humanos.



4.1 Lutar para Estudar! Estudar para Lutar!

Os estudantes sempre tem algo a dizer e propor para melhorar estas situações. Quando estamos, estas ideias podem não fazer diferença, mas organizados em coletivo e de forma unida os estudantes ganham poder. O Grêmio é exatamente a forma de unir os estudantes e fazer ecoar nossa voz. O Grêmio Estudantil é a entidade que representa todos os alunos da escola. Assim como as e os professores possuem seu Sindicato, os estudantes possuem o Grêmio. O Grêmio tem a função de discutir com os estudantes quais são os problemas da escola, do bairro e da educação em geral. E além de debater, deve pensar quais melhorias desejam e como os estudantes farão para conquistá-las.

Para isso, o Grêmio pensa em soluções e mobiliza o corpo estudantil para lutar, fazendo com que sua voz seja ouvida e atendida. A depender do problema ou da reivindicação, esta luta será travada para pressionar a Direção da escola, a Regional de Ensino, a Secretaria de Educação, o Governo estadual/distrital ou mesmo o Ministério da Educação. Estes de “cima” atuam muitas vezes

para nos silenciar, não perguntando nossa opinião ou não ouvindo nossas propostas para o ensino e impondo regras e políticas absurdas.

O Grêmio é exclusivamente dos estudantes. Deve ser organizado livre e espontaneamente pelos próprios estudantes sem a interferência de nenhum Governo ou Direção. Por isso um Grêmio deve se manter independente destes agentes, sem “rabo preso” com eles. Qualquer repressão sobre a livre organização deve ser denunciada e combatida.

Suas formas de luta vão variar de acordo com o problema. Às vezes um abaixo assinado à Direção resolve um problema de uniforme; outras vezes teremos que chamar um boicote de aulas para nos fazer ouvir. Com o governo a mesma coisa. Nem sempre um mero ofício fará diferença, então teremos que organizar protestos, inclusive envolvendo estudantes de outros colégios quando se tratar de um problema comum.

Haverá ainda situações extremas, como no caso de São Paulo em 2015

em que o Governo iria fechar várias escolas, transferir vários alunos e mudar o regime de ciclos. Então os estudantes precisaram ocupar suas próprias escolas (foram mais de 200 escolas ocupadas!), fazer greve de aula e protestos de rua. E somente assim conseguiram pressionar o governador que foi obrigado a recuar.

Mas além de combater “os de cima”, o Grêmio também tem a função de trabalhar com “os de baixo”. Quer dizer, o Grêmio pode e deve buscar melhorar o convívio coletivo em nosso cotidiano. Campanhas de conscientização contra o racismo, o machismo, a homofobia, a discriminação com o peso, religiosidade ou identidade cultural é trabalho para o Grêmio. Pode também trabalhar para evitar as brigas entre gangues e demais desentendimentos que sejam violência. Atividades como cineclubes, oficinas de artes, sarau, organização de palestras e outras tantas que valorizem a produção artística, a criatividade e os conhecimentos dos próprios estudantes ajudam a nos reconhecer como um corpo coletivo, trabalhando de forma unida e respeitando nossas diferenças.

Ao contrário do que se pensa, o Grêmio Estudantil não é (e não deve ser) um grupinho fechado que decide coisas sem consultar os outros

alunos. A partir do momento em que o Grêmio existe, todos os estudantes fazem parte dele. Existe uma diretoria que é eleita para coordenar as atividades do Grêmio Estudantil, porém todos podem e devem participar. É nas assembleias gerais que todos os alunos têm poder de voz e voto para tomar as decisões, por isso elas são tão importantes no Grêmio. Além disso, pode-se organizar o Conselho de Representantes de Turma para ajudar a unir a diretoria do Grêmio a cada sala de aula, e cada sala de aula ao Grêmio.

O Grêmio também não uma entidade só pra fazer festas no fim do ano ou jogos interclasses. Embora a recreação seja parte do trabalho do Grêmio, suas tarefas são bem maiores. Através do Grêmio, as reivindicações que temos e muitas vezes não sabemos como desenvolver, ganham mais força, pois não é mais um aluno sozinho reclamando. O Grêmio Estudantil deve organizar todos os estudantes para a luta. ***É pela própria organização que os estudantes têm o poder de construir um movimento para lutar por seus direitos e conquistar melhorias para hoje e que ficarão como legado para as gerações futuras. Com o Grêmio, a luta de um estudante é a luta de todos os estudantes.***

Vamos construir Grêmios de Luta!?

5

Como Construir um Grêmio? Passo a passo



Não há uma maneira fixa ou uma “receita” infalível de se construir um Grêmio. Os passos a seguir devem ser avaliados e adaptados com a situação particular da sua escola e do estágio de formação de seu Grêmio.

Um Grêmio deve ter como base um grupo de estudantes que possam interesses de luta em comum. Esta base será importante durante todo o tempo!

A construção e manutenção de um Grêmio ativo é um trabalho árduo. E para trabalhar em coletivo, é preciso saber ouvir, ter regularidade, ter humildade e saber se expressar. Como todo trabalho, exige que seus membros tenham paciência, persistência e união. Se o Grêmio for uma iniciativa firme e forte, os resultados colhidos serão grandiosos.

Lembre-se: os estudantes têm o direito e o dever de se organizarem e continuarem lutando pelas reivindicações imediatas e históricas do Movimento Estudantil. Só com organização e trabalho coletivo conseguiremos alcançar vitórias e melhorias de vida e estudo para o povo. *Ousar lutar é ousar vencer!*

5.1 Quando não há um Grêmio Estudantil

Quando não existir Grêmio em sua escola, um trabalho mais sólido que parta do zero até a eleição de uma chapa pode durar até 2 ou 3 meses. É preciso ter paciência e não atropelar o processo, cada momento é muito importante.

Qualquer tipo de dúvida entre em contato com os militantes da RECC na sua cidade ou região, pedindo que deem dicas e façam acompanhamento presencial. Caso não haja núcleo da RECC em sua cidade/região, entre em contato com a Coordenação Nacional da RECC.

1º passo – LANÇAR A IDEIA

Inicie conversando com o máximo de colegas possível sobre a ideia de um construir um Grêmio, se possível já distribuindo para eles esta Cartilha.

2º passo – APROFUNDAR O DEBATE

Marquem uma reunião em um dia e horário em que todos possam debater melhor a construção do Grêmio. Divulgue esta reunião amplamente, às vezes uma pessoa que você não conhece diretamente tem muito interesse e pode contribuir bastante. Ao término da reunião, decidam uma periodicidade para suas reuniões regulares, por exemplo: toda quinta-feira ou quinzenalmente. Nestas reuniões, proponha que esta

Cartilha seja lida e debatida em uma reunião mais longa ou que cada capítulo seja debatido numa reunião. Filmes e documentários podem ser usados neste momento. Estas reuniões devem formar um Coletivo, que pode ser chamado de Coletivo Pró-Grêmio Estudantil (Coletivo a favor de um Grêmio Estudantil) dentro da Escola.

3º passo – IR AOS ESTUDANTES

Nas reuniões, pensem nos problemas que afetam muitas pessoas de sua escola e sua comunidade, e decidam ações simples para denunciar estes problemas e propostas de melhoria. Por exemplo: uma campanha com cartazes feitos a canetão e cartolina com os dizeres “Assim não dá, sem merenda (ou sem pro-

fessor, ou sem bebedouro) não tem como eu estudar”. Este é um começo feito de baixo para cima, um trabalho de formiguinha, e serve para começar a mobilizar a opinião dos estudantes ao redor de vocês para a necessidade de lutar. Criem uma forma de contato com o qual os estudantes de todos os turnos possam entrar em contato com vocês. Pode ser um e-mail, uma página no facebook, um grupo no whatsapp ou outros. Divulguem este contato para atrair mais interessados.

4º passo – PROCURAR APOIO

Procurem apoio dos professores, demais funcionários e da direção. O apoio pode ser ajudar a divulgar a iniciativa, permitir passagem em salas e disponibilizar uma sala dentro da escola ou sua abertura aos finais de semana para o Coletivo se reunir. Mas sempre lembrando que os estudantes têm sua autonomia conquistada, e que ninguém pode arbitrariamente interferir para atrapalhar neste processo. Se houver o impedimento por parte da direção ou de terceiros, faça um abaixo-assinado circular e/ou campanha de propaganda na sua escola e na Comunidade Escolar para demonstrar e exigir um espaço onde os estudantes possam se organizar e a partir daí formar um Grêmio estudantil

ativo. Entre em contato com os estudantes da RECC ou militantes do FOB para auxiliar no trabalho de construção.

5º passo – CONSOLIDAR A IDEIA DO GRÊMIO

Mantenham as reuniões regulares, semanais ou quinzenais deste Coletivo, no espaço dentro da Escola/Colégio, convidando mais e mais colegas para se reunirem. Faça passagens em turmas, de sala em sala, preparem um panfleto e cartazes simples para distribuir aos estudantes, divulgando a ideia e a necessidade do Grêmio, falando dos 'por quês', 'para quês' da organização estudantil.

6º passo – CONVOQUE UMA ASSEMBLEIA

Após terem feito as discussões necessárias e a propaganda da iniciativa pró-Grêmio ter alcançado a todos do colégio, é hora de convocar a Assembleia de Fundação do Grêmio. Uma Assembleia é o mais importante espaço do Grêmio, trabalhem para mobilizar o máximo de estudantes, convocando todos os turnos. Conversem com os professores e direção para liberar mais tempo que o intervalo para realizar a Assembleia. Passem em todas as tur-

mas novamente convocando a Assembleia de fundação do Grêmio Estudantil com data, hora e pata marcada, colem cartazes. As Assembleias Gerais são as instâncias máximas, lá todo o estudante tem direito a voz e a voto.

7º passo – FUNDAÇÃO DO GRÊMIO EM ASSEMBLEIA

Nessa Assembleia Geral deverá ter a participação de pelo menos 5% do total dos estudantes da escola, ou seja, deve ser uma Assembleia representativa. Nela, discutam três pautas: a) o que é e para que precisamos de um Grêmio, b) a proposta e aprovação do Estatuto do Grêmio, e c) a formação de uma Comissão Eleitoral composta de pelos menos três estudantes. Para que a Assembleia seja democrática, escolham dois ou três estudantes envolvidos no Coletivo pró-Grêmio para coordená-la, responsáveis por organizar uma lista dos que desejam falar e anotando todas as propostas para encaminhá-las ao final. É fundamental que os estudantes sejam estimulados a falar, deve ser um espaço democrático, e não uma palestra do Coletivo pró-Grêmio. Distribuem entre os estudantes a proposta impressa do Estatuto e demais encaminhamentos para facilitar sua aprovação. Todas as deliberações da

Assembleia devem ser lidas ao final e registradas em Ata para que não se percam. (Veja um modelo de Estatuto ao fim desta Cartilha). Importante frisar que: nenhum estudante que queira fazer parte de chapa poderá estar na Comissão Eleitoral, para que esta seja imparcial.

8º passo – COMISSÃO ELEITORAL, FORMAÇÃO E INSCRIÇÃO DE CHAPAS

Em outro momento, após a fundação do Grêmio Estudantil, a Comissão Eleitoral eleita em Assembleia fará uma convocatória para formação e inscrição de chapas para concorrer à gestão do Grêmio. A Comissão deve observar os critérios votados no Estatuto, bem como recolher o Programa Anual de Trabalho das chapas inscritas. É preciso dar tempo de, em média, duas semanas (10 dias letivos) para que os estudantes interessados possam se reunir e discutir seu Programa de Chapa, suas propostas. Não pode ser um processo de poucos dias, nem durar um semestre inteiro.

9º passo – PROPAGANDA DE CHAPA E ELEIÇÃO

Antes do término das inscrições, a Comissão Eleitoral deve ter previsto já o período de propaganda, os de-

bates entre chapas nos turnos (ou de apresentação das ideias, mesmo que seja apenas uma Chapa), e o dia das Eleições. Após a inscrição, este período de propaganda deve durar em média duas semanas (10 dias letivos). As chapas precisam ter tempo para apresentarem suas propostas aos demais estudantes de todos os turnos, passando em salas, colando cartazes, fazendo debates. O dia das eleições deve ser bem divulgado, e deve ser organizada uma lista junto à direção escolar com o nome de todos matriculados para assinarem no ato da votação, evitando fraudes e duplicidade de votos. A Comissão Eleitoral também deve preparar cédulas de votação, urna para depositar os votos, uma grade de horário dos mesários. Após o fim do último turno de votação, será realizado a contagem dos votos, onde representantes das chapas devem estar presentes. A Comissão terá um trabalho muito importante de fiscalizar todo o processo para evitar irregularidades, previstas no Estatuto já votado.

10º passo – ASSEMBLEIA DE POSSE E INÍCIO DAS AÇÕES

Eleita a Chapa, a Comissão Eleitoral junto à chapa eleita convocam outra Assembleia do Grêmio para dar posse e reforçar seu Programa Anu-

al de Trabalho. A chapa eleita precisará trabalhar com todos estudantes, e não isoladamente. A partir daí, o Grêmio se consolida e pode agir e lutar por uma melhor educação e melhores condições de vida e de estudo! Está na hora de iniciar e manter as campanhas e todo trabalho de conscientização pelas demandas comuns e mobilização. Os trabalhos mais importantes iniciam após as eleições, pois se deve colocar em prática as propostas apresentadas e manter um trabalho regular. Leia a seguir a seção “Como manter um Grêmio ativo”.

11º passo – CONSELHO DE REPRESENTANTES DE TURMA

Com um Grêmio eleito, ele organiza a Eleição dos Representantes de Turmas e do Conselho de Representantes de Turmas. Os representantes de turma são pessoas próximas dos estudantes, que convivem diariamente com todos e são escolhidos como representantes da maioria por conhecerem os problemas do dia-a-dia da turma/escola e por saberem se comunicar e reivindicar soluções. O representante não é um “menino de recados” da direção ou ajudante dos professores, ele representa os estudantes. O Conselho é uma instância onde os representantes se reúnem e podem discutir e propor

sobre a realidade da escola, auxiliando os trabalhos da gestão do Grêmio, e servindo como instância intermediária entre as reuniões da gestão do e as Assembleias.

12º passo – NOVAS ELEIÇÕES

Passado o período de vigência do mandato, normalmente de um ano, deve-se retornar ao 8º passo, convocando uma Assembleia para formar a Comissão responsável por outro processo eleitoral, e assim anualmente.

Lembre-se: os estudantes devem se unir para alcançar vitórias, e essa união se dá através da independência dos estudantes em relação à

direção e ao governo. Os estudantes, enquanto filhos da classe trabalhadora (e muitos já são trabalhadores) devem ter sua independência de classe frente a empresas e o Estado, já que são esses que tornam precária a vida do povo e o exploram.

Então o Grêmio não deve ser uma “escola” de políticos-eleitores-mirins. O movimento estudantil não é espaço para alguns seguirem carreira política em partidos eleitorais e muito menos uma organização que vise lucros. Deve sim ser uma organização de luta dos estudantes associada com a luta dos trabalhadores da educação e comunidade escolar!

5.2 Quando há um Grêmio Estudantil

Cada caso deve ser bem analisado. Trabalhar com um Grêmio já eleito pode ser prejudicial quando vocês tiverem fortes divergências. Mas não há porque evitar se tiverem consenso nas ideias e formas de atuação.

Da mesma forma, deixar de trabalhar com o Grêmio para não apresentar alternativas é cair na indiferença prática. Ou, ainda, montar um Coletivo de Oposição quando vocês e o Grêmio eleito pensam, agem e querem as mesmas coisas, é desperdiçar esforços.

Mas sempre que as divergências forem maiores, não fique só reclamando, inicie a formação de um Coletivo independente, pois o movimento estudantil é mais que fazer parte da gestão do Grêmio.

QUEM É E O QUE QUER O GRÊMIO?

É importante que se conheça as propostas, as práticas e as vinculações políticas da atual direção do Grêmio Estudantil. Dependendo do tipo de Grêmio que há em sua escola, você terá formas diferentes de agir, podendo compor ou apoiar a gestão eleita e ajudar seus trabalhos, ou montando um Coletivo de oposição.

QUANDO ATUAR JUNTO AO GRÊMIO ELEITO?

Quando as propostas e práticas do Grêmio estiverem em acordo com suas ideias e ações, quando o Grêmio for independente de partidos, de governos e da UBES e apresentar postura crítica frente à realidade, atue junto ao Grêmio. Você pode atuar junto ao Grêmio também quando perceber que puder ajudar a melhorar suas ações e os atuais membros estiver disposto a isso. Neste caso, peça para participar das reuniões do Grêmio e demais atividades. Mas não seja apenas mais um, leve propostas, demonstre disposição, faça debates a partir desta Cartilha e não deixe o Grêmio ficar inativo.

QUANDO CONSTUIR UM COLETIVO DE OPOSIÇÃO?

Haverá situações em que os posicionamentos do Grêmio e suas lideranças tornam insustentável qualquer tipo de aliança com a direção do Grêmio, por exemplo: quando este for vinculado às entidades governistas (UNE e UBES), a partidos e candidatos eleitores, assim como a empresas privadas, ou quando o Grêmio não pretender deixar de ser um clubinho de amigos e que não quiser trabalhar para mobilizar toda a escola e modificar a realidade da educação. Nestes casos, os estudantes combativos devem manter-se independentes perante a atual direção do Grêmio, buscando organizar um Coletivo de oposição por fora de suas instâncias.

Este Coletivo deve convidar outros estudantes com afinidade política e, mesmo sem o apoio do Grêmio, realizar campanhas na escola, propaganda, fazer abaixo assinado para realização de assembleias, organizar protestos. Um Grêmio pode organizar a luta dos estudantes, mas não é a única forma. Diferente do que podem falar, ter mais de um grupo organizado no Colégio não é uma forma de dividir a luta, mas sim ajuda o debate e a formação de ideias. O importante é que, independente das divergências, todos devem estar juntos nas lutas pelos direitos em comum.

PARTICIPAR DAS ASSEMBLEIAS, CONSELHOS DE REPRESENTANTES E LUTAS

Quer dizer, formar um Coletivo independente do Grêmio não significa deixar de participar e de construir as Assembleias Gerais e Conselhos de Representantes de Turma, espaços amplos do Movimento Estudantil da escola. Uma Oposição não é formada por discordâncias pessoais por interesses particulares egoístas, é uma discordância de concepção política. Esta diferença deve ser exposta e disputada democraticamente justamente nas Assembleias Gerais, Conselhos de Representantes de Turma, salas de aula, corredores e nos protestos de rua.

O COLETIVO DE OPOSIÇÃO É MAIS DO QUE UMA CHAPA DE OPOSIÇÃO

Então organize e fortaleça este coletivo de oposição como uma alternativa de luta dos estudantes. O Coletivo não é só um grupo para formar chapa e disputar as próximas eleições da direção do Grêmio. A primeira diferença é sua ação permanente, quer dizer, sua incidência no dia a dia do local de estudo e não somente um esforço concentrado nos períodos eleitorais. Assim, um grupo de Oposição não se reduz a uma “chapa de oposição”.

Construir uma Oposição serve para criar um foco de referência e aglutinação combativa dos estudantes que queiram reorganizar o movimento de baixo para cima. Isso também significa ir acabando com o estranhamento dos estudantes ao próprio Grêmio, que muitas vezes acham que aquela experiência de gestão é a única forma de Grêmio possível.

COMO CONSTRUIR UM COLETIVO DE OPOSIÇÃO?

Convide seus colegas que tiverem afinidade política, de sua escola ou de seu bairro. Marquem reuniões regulares para discutir a situação dos Grêmios da sua região, os problemas da educação e as formas de luta que podemos ter. Entre em contato com os militantes da RECC ou do FOB solicitando auxílio ou acesse nossas Cartilhas e outros Documentos e sugestão de filmes para se formarem politicamente. A RECC e o FOB podem organizar Formações políticas, cineclubes, palestras, leva-los a Encontros Nacionais e protestos pela educação outras justas demandas sociais. Mantenham reuniões regulares e atividades permanentes. Um Coletivo serve para discutir e lutar, e não somente debater, criticar e não apresentar alternativas aos demais estudantes.

TRABALHO DE FORMIGUINHA, ALTERNATIVA DE MASSAS

A Política de Oposição se define, portanto, como um trabalho de base, de formiguinha, de buscar uma organização estudantil solidificada no local de estudo. O Coletivo deve ser uma alternativa real, de base, levantando demandas, sugestões e tentando solucionar problemas da Escola, e da organização dos estudantes, tendo como perspectiva ajudar a construir protestos e reivindicações. Uma Oposição pode, fora da diretoria do Grêmio, se construir como uma nova direção coletiva da luta, pela base.

QUANDO DISPUTAR AS ELEIÇÕES?

Se houver possibilidade de disputar a diretoria do Grêmio como chapa, esse é um processo importante de aprendizado, de propaganda e de

organização para o nosso programa classista e combativo. O importante para decidir montar uma chapa é ter um grupo coeso, disposto e com forte afinidade de ideias, que saiba trabalhar com toda a escola. Pois uma vez eleita, uma chapa assume o caráter de grupo representativo, tendo a obrigação de estar sempre presente e organizando ações do Grêmio, não podendo deixar nossa entidade inativa.

Não ter um Grêmio em uma escola é tão ruim quanto ter um Grêmio eleito que faz pouco ou nada no colégio. Para as eleições, façam uma campanha forte, juntando apoiadores entre estudantes, professores e pais. Não participem de eleições com o objetivo de ganhar a qualquer custo (se utilizando de meios oportunistas para tal), mas para retomar o Grêmio estudantil para as lutas estudantis.

5.3 Como e porque manter um Grêmio ou um Coletivo ativo e de referência?

O período de eleição de um Grêmio Estudantil é quase sempre acompanhado por certo entusiasmo das chapas e maior interesse político dos estudantes. Apesar disso, diferente do que

muitos pensam e fazem, a construção do Movimento Estudantil não se resume ao período eleito-ral e nem tem neste seu momento mais importante. Mas, uma vez eleito, o Grêmio deve ser a

entidade mais ativa da escola, e não deixar passar o momento de entusiasmo que acontece no período das eleições. É preciso discutir alguns equívocos, vícios e politicagem que impregnam o movimento e reforçar a importância de um trabalho permanente para construção de um Novo Movimento Estudantil.

A política eleitoral é uma velha conhecida do povo. Em resumo, é o vale-tudo para se vencer determinadas eleições. Bastante praticada nas eleições estatais, ela também é reproduzida no interior do Movimento Estudantil, sobretudo pelos próprios partidos eleitorais – mas não somente e nem necessariamente. A política eleitoral pode ser definida também como um “parla-

mentarismo estudantil”, e leva sempre a um fim imediato: uma entidade estudantil fraca e superestrutural, que não atende aos interesses da luta coletiva.

Visto a “olho nu”, a principal característica dos grupos e militantes que praticam a política eleitoral é a contradição entre seu entusiasmo “político” nos períodos eleitorais e seu “sumiço” no restante do ano. Durante eleição, acordam cedo e aparecem colando cartazes, distribuindo panfletos ou passando em salas pra ganhar nosso voto, mas difícil é vê-los com o mesmo entusiasmo antes das eleições, e pior, às vezes nem mesmo os vemos depois de vencê-las. Também assumem característica burocrática, quer dizer, só os vemos “lutar” na internet, nas mesas de negociação, nos

ofícios entregue junto às autoridades ou quando querem que votemos como nosso “representantes” para Congressos da UBES ou da ANEL. Não da pra cair nessa ladainha!



Alguns grupos eleitoreiros tentam se auto justificar. São aqueles que falam quase que tão somente em “crise de direção” ou de nossa “representação” em outros espaços. O problema é que acabam confundindo **direção** com **diretoria** e **representação** com **participação**. Para nós, **diretoria** e **representação** significam os cargos oficiais de determinada entidade e suas opiniões, votos ou assinaturas em outros espaços; enquanto **direção** e **participação** significam o sentido do movimento real para onde caminha o conjunto de estudantes daquela entidade, é, portanto ação e vontade democrática e coletiva.

Mas os parlamentaristas agem como se, ao vencerem as eleições de uma entidade, estivessem solucionando o movimento real dos estudantes. E querem este “aparato” a todo custo. Assim, nos iludem para se iludir que estão avançando politicamente, na melhor das hipóteses; e na pior, nos iludem de má fé para poderem dar projeção política aos seus interesses exclusivos, com a possibilidade de sentarem em mesas de negociações com autoridades de nossas escolas ou dos governos, para acumularem assinaturas em panfletos, para ter votos em entidades falidas (como a UBES, UNE e ANPG), ou para autolegitimarem

outras entidades forçosamente criadas (como a ANEL). Fazem da crise de direção mera “crise de diretoria”. Não passam de “aparatasistas”.

Já basta de protodeputados usando nossas entidades como trampolins eleitorais para suas carreiras políticas. Já basta de mini burocratas que usam estrutura, verba e assinatura das nossas entidades para se autolegitimarem, alheios à vontade da base. Isto não é Movimento Estudantil. Para construir um novo Movimento Estudantil, precisamos rejeitar as práticas eleitoreiras e parlamentaristas em seu interior.

A massa estudantil precisa lutar contra a precarização do nosso ensino e a consequente precarização de nossa força de trabalho. Precisamos derrotar o projeto capitalista que lucra sobre a educação e explora nosso trabalho e para tanto precisamos de uma luta classista e combativa, através da união e organização pela base. Por isso convidamos todos os estudantes a construir a RECC, seja atuando dentro dos Grêmios ou através das Oposições por local de estudo!

AS TRÊS TAREFAS BÁSICAS DO MILITANTE

As três tarefas básicas dos militantes da RECC e que devemos levar para os Grêmios e Coletivos estudantis são: agitação, propaganda e organização. É preciso que cada um dos militantes do Grêmio ou do Coletivo tenha condições mínimas de executar todas elas, apesar de sabermos que nem todos serão peritos, ou terão o mesmo talento ou desenvoltura para todas. Precisamos definir o que significa do ponto de vista prático cada uma das três tarefas.

O militante tem de ser um **AGITADOR**, capaz de jogar palavras de ordem nas situações apropriadas, e de tomar certas iniciativas, em momentos oportunos. Podemos definir a Agitação como o ato político que visa por meio de um conjunto de ideias simples (duas ou três, por exemplo) mobilizar uma base de estudantes a fim de criar ou mobilizar pela obtenção de uma pauta concreta e imediata. A agitação deve colher as reivindicações da base, desenvolvê-las e buscar criar uma mensagem a fim de gerar uma mobilização política.

Do ponto de vista prático, o agitador tem que fazer principalmente: a) Intervir propositivamente, b) sintetizar propostas/demandas; c) divulgar os motivos de luta, d) denunciar. Através de: a) panfletagem; b) barulho; c) incômodo; d) obstrução do trânsito ou a execução de tarefas; e) pinturas, f) teatro, g) piquete etc. Os atos do agitador normalmente são atos que visam dar exemplo de luta.

O militante tem que ser um **PROPAGANDISTA**. A propaganda é, em termos gerais, a formulação e a propagação do nosso programa por meio de palavras ou imagens, ou ambas. A propaganda classista e combativa parte de dois princípios: 1) Os problemas materiais (reivindicativos) possuem causas que não são superficiais e necessitam de uma formulação para explicá-los e resolvê-los; 2) Os estudantes sofrem tais problemas materiais, portanto nossa propaganda deve se dirigir a ele.

A principal diferença entre agitação e propaganda está no fato de que a propaganda diz respeito à formulação de nosso programa/teoria e de sua propagação

(através da organização estudantil), e isto quer dizer que, seu objetivo não é apenas denunciar e mobilizar por uma pauta reivindicativa imediata (ex.: contratação de mais professores) e sim, no nosso caso, entender a dinâmica do capitalismo, seu desenvolvimento histórico e seus impactos na educação, por exemplo. Apesar disso, os dois meios (agitação e propaganda) não se contrapõem de forma mecânica, a propaganda serve para fundamentar e aprofundar as reivindicações e lutas imediatas, e podem ser combinadas.

A agitação e propaganda é um instrumento que pode mudar as ideias, mas principalmente a vontade política das pessoas; mas ela só se realiza completamente quando ela se converte em prática, porque não é possível saber se as pessoas efetivamente mudaram suas ideias se elas não mudam as práticas. Logo, a propaganda tem uma função que necessariamente só pode ser completada pela organização.

O militante tem de ser um **ORGANIZADOR**. Organização é a ação de organizar, ou seja, de

distribuir tarefas, direitos e deveres, ligando indivíduos entre si através destes. Podemos dizer que o objetivo da organização de base combativa é transformar a propaganda e a agitação em organização concreta, e esta em mais propaganda e agitação. No entanto, é possível agitar e propagandear sem organizar. A organização supõe antes de tudo indivíduos dispostos a se organizarem. E para organizar, é preciso “recrutar” novos aliados, sempre.

Para organizar, é preciso: 1) ter objetivos, direitos e deveres do grupo organizado (que chamaremos de coletivo) manifestos no seu funcionamento concreto – a missão do estudante classista é traduzir nestes objetivos, direitos e deveres, direta ou indiretamente, os objetivos de seu programa; 2) definir com clareza, a forma de tomar decisões; 3) saber escolher critérios que deixem claro, no caso de uma chapa ou de um Coletivo, quem é ou pode fazer parte deste coletivo ou chapa, e quem não pode. Ou seja, todo coletivo é relativamente um grupo fechado. E a coordenação eleita de um Grêmio deve estar

aberta à participação de mais estudantes, mas não daqueles que só querem atrapalhar ou divergir do Programa de Lutas Anual com base no qual o Grêmio foi eleito. Estes devem se expressar nas Assembleias e reuniões de Representantes.

Um Coletivo e Grêmio existem para fazer coisas, se ele não faz as coisas que diz ser seu objetivo fazer, há algo errado (exemplo: se uma chapa é eleita dizendo que lutará por melhorias na infraestrutura do Colégio, mas nada faz depois das eleições sobre isso). Por isso todo trabalho em organização supõe quatro momentos pelo menos: 1) discussão; 2) decisão; 3) execução; 4) avaliação.

O objetivo é transformar a luta de um Coletivo ou do Grêmio em uma luta de massas, por que aí a luta deixará de ser uma luta de militantes isolados ou organização, para se tornar uma luta de classes, com poder de pressão. Quanto maior for a capacidade de aglutinação, maior será a capacidade de agitação e propaganda, maior poder global de mobilização das massas organi-

zadas em torno de nosso programa. E maiores serão as chances de conquistarmos as vitórias reivindicadas. As entidades que prezam mais pela “ação representativa” acabam fazendo pelos estudantes e não com estes. Isto é um erro.

A tarefa de agitação, base da luta, depende do conhecimento que o militante tem das pessoas a que se dirige. E como organização, propaganda e agitação constituem uma unidade, podemos dizer que a luta dos Grêmios e Coletivos dependem também da análise da realidade. Por isso a importância das Formações Políticas e Análises de Conjuntura. Por isso é necessário um método de análise que possibilite ao militante obter informações indispensáveis para o cumprimento de suas tarefas. Um estudo cuidadoso da realidade facilitará nossas opções táticas para intervir e modifica-la.

Mas além do conhecimento da realidade, e até para que este seja possível, a luta exige disciplina militante, cumprir os horários e tarefas. Estar sempre presente, prestar satisfação quando estiver

na gestão de um Grêmio. Comprometimento e disciplina são características essenciais para a prática de um Grêmio ou Coletivo, para seu crescimento e efetividade. Uma pessoa que se propõe a militar e participar de uma luta coletiva não deve desanimar e se ausentar após as eleições ou quando surge o primeiro pro-

blema – sim, erros e problemas acontecem, e por isso devemos avaliar e fazer autocrítica de nossas ações, sempre. Vencendo ou perdendo as eleições de um Grêmio, o militante consciente compreende a necessidade da autodisciplina e de assumir tal responsabilidade de continuar lutando.

5.4 Como Organizar uma Assembleia

A assembleia como mecanismo de decisão e de democracia direta propicia um amplo espaço de participação, onde todos têm o direito de fala. Para que isso aconteça em movimentos onde queremos uma discussão democrática, são necessários acordos definidos para o seu funcionamento.

A assembleia deve ser um espaço dinâmico para deliberações, não podendo se prolongar demais, gerando assim um esvaziamento por conta de sua duração excessivamente longa. Quando houver um número muito grande de pessoas, se torna ainda mais necessário que a assembleia tenha um limite de duração onde os participantes se esforcem para segui-lo para ampliar o espaço de fala para todos. É impor-

tante também que façam inscrições de pessoas que desejam falar e cronometragem destas falas (geralmente em 3 minutos, variando de acordo a necessidade).

É importante também zelar por um tempo de fala igual para todos/as de modo a não interromper as falas dos participantes e expor as argumentações em termos justos de modo a não dar margem a ataques pessoais. Mas assim como se preocupar em evitar que uns poucos falem o tempo todo, temos que nos esforçar para estimular com que vários estudantes deixem suas opiniões e propostas sobre as pautas.

MOBILIZAR OS ESTUDANTES E DIVULGAR BEM A ASSEMBLEIA

A Assembleia começa antes mesmo de ela ser realizada. Se o Grêmio toma a decisão de chamar uma Assembleia, este deve pensar o que quer abordar, qual a importância, o que irá propor ou consultar aos estudantes e como irá fazer este trabalho.

Uma Assembleia tem que ser representativa. E para ter forte participação, tem que contar com um forte trabalho de divulgação: passagens em sala, faixas, cartazes, panfletos se for necessário. Não podemos reclamar da falta de participação dos estudantes se não nos demos o trabalho de mobilizar, mobilizar e mobilizar.

DEFINIÇÃO DE PAUTA E ELEIÇÃO DA MESA COORDENADORA

Para que o processo de decisão seja democrático, é necessário que seja proposto antes da assembleia as pautas a serem discutidas. Deve também ser eleito o/a mesário/a que irá coordenar o processo de inscrição de falas e um coordenador que anotará em ata as propostas e organizará as deliberações ao final da Assembleia, observando se existem acordos, divergências ou realizando votações.

Estes são pontos essenciais para Assembleias em uma escola, ainda

mais importantes tratando-se de Assembleias de delegações onde núcleos de escolas levam suas posições, é necessário que estes núcleos tenham tempo prévio para amadurecer o debate.

Também é necessária a definição de um/uma relator/a para registrar a assembleia e encaminhar as propostas para serem deliberadas e de um/a cronometrista para contar o tempo de fala garantindo a fala de todos.

O PROCESSO DE DELIBERAÇÃO

A democracia direta pressupõe uma ampla participação e debate das bases estudantis para tomar uma decisão coletiva, ou seja, da maioria dos estudantes. Neste sentido *o voto é um instrumento efetivo da democracia direta*, na medida em que as divergências devem ser observadas: quando não se chega a um consenso, vota-se e acata-se a opinião da maioria (maioria simples, mais de 50%) de modo a registrar a da minoria em ata para futura avaliação (no caso da reavaliação de tática ou estratégia).

Vale ressaltar que sempre a pauta deliberada tem validade para todos/as de modo a constituir a unidade na ação do movimento. É necessário saber respeitar a decisão da

maioria e seguir as deliberações com responsabilidade coletiva. (Cada um deve ser responsável pelo acordo coletivo).

Ao fim da Assembleia Geral, as deliberações devem ser lidas a todos para que não tenha confusões e desentendimentos futuros.

AUTO-CONVOCAR UMA ASSEMBLEIA QUANDO O GRÊMIO NÃO O FAZ

Poderá ocorrer a situação de você não estar na gestão do Grêmio e este não queira convocar uma Assembleia. Para isso, consulte o Estatuto para ver o que o que ele diz sobre a forma de auto-convocar uma Assembleia.

Em geral, você precisará recolher uma porcentagem de assinaturas em um Abaixo Assinado para dar legitimidade a convocação da Assembleia. Então, sempre que um Grêmio se negar a convocar Assembleia, reúna seu Coletivo ou grupos de colegas e passem em sala explicando os motivos de chamar uma Assembleia e a importância dos estudantes assinarem e participarem.

É importante que já no abaixo-assinado tenha definido um dia, horário e local. Mesmo assim, faça forte propaganda da Assembleia.

5.5 Política Financeira e Captação de Recursos para o Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil de Luta deve possuir independência financeira e material completa de órgãos e instituições burguesas e do setor público, como empresas e governos. Esta independência deve ser concebida com um corte de classe, ou seja, devem-se apoiar exclusivamente na suas próprias forças de captação de recursos, junto aos demais estudantes bem como na solidariedade das

organizações proletárias (como sindicatos de base, federações e confederações sindicais e movimentos populares, demais organizações estudantis).

Assim, o Grêmio contará apenas com suas próprias forças e, quando necessário, do apoio das organizações do povo, para arrecadação de dinheiro e estruturas materiais, entendendo que a independência

financeira é, ao mesmo tempo, resultado e condição de sua independência política.

O caixa do Grêmio deve cumprir a função de dar suporte à militância, como: impressão de panfletos, jornais, confecção de bandeiras, camisas, dvd's, gastos com eventos de formação, locação de transporte para protestos, ajuda às lutas estudantis de outros estados etc.

SÃO ALGUMAS FORMAS DE ARRECADANÇA

- Rifas periódicas de filmes, livros, cd's, dvd's, a custo acessível, por exemplo: R\$ 1,00;
 - Produção de filmes (DVD's) para venda com temáticas da luta dos estudantes e trabalhadores, críticas sociais, revoluções proletárias etc.
 - Campanhas em sala de aula, a partir de convocação a contribuição financeira voluntária dos estudantes para determinadas atividades/urgências específicas (bandeiras, faixas, megafone, manifestações etc.);
 - Eventos com entrada por contribuição voluntária à R\$ 0,50.
- Sugestão de datas comemorativas: 8 de Março – Dia Internacional da Mulher; 1º de Maio – Dia do Trabalhador; 15 de Outubro - Dia dos Professores; 28 de Março - Dia Nacional de Luta dos Estudantes; 20 de Novembro – Consciência Negra; Mês de Outubro – Revolução Russa de 1917.
- Venda de camisetas do Grêmio Estudantil com pautas reivindicativas e temáticas das campanhas da entidade; camisetas de times dos estudantes. Produzidos em serigrafia, transfer etc.;
 - Venda de Livros e outros;
 - Emissão de carteirinhas estudantil, que por dar boa receita, acabou por interessar pessoas e grupos (e partidos políticos) de má fé que hoje fazem um monopólio oficial da emissão de carteirinhas como se fossem uma empresa. Deve ser combatida essa lógica, ainda que seja necessária a emissão como serviço e receita para os estudantes. A emissão deve ser se possível mais autônoma possível pelos Grêmios, mas garantindo a confiança da emissão.

6

Legislação Nacional para Grêmios Estudantis

Estes são os respaldos legais no nível federal para a garantia de organização de um Grêmios Estudantis. Eles devem ser usados sempre que algum diretor, professor ou agente externo tentar nos retirar o direito de organizar e lutar no Grêmios.

Porém, nós da RECC, enquanto uma organização antirreformista, compreendemos que: ainda que estes pressupostos jurídicos não existissem ou caso venham a ser modificados, deturpando e ferindo a autonomia do Movimento Estudantil, devemos continuar intransigentemente a luta através do princípio de nossa legitimidade.

A legitimidade – conceito diferente do de legalidade – é construída na força de organização e luta dos próprios estudantes. É um direito inato à nossa existência como estudante, independente da permissão do Estado, e que portanto se garante pela força de nossa ação e organização, ainda que isso acarrete contrariedade à lei. Uma vez retirado até nosso direito legal de nos organizar, este será o momento de lutar, pois estaremos, em direito e na prática, diante de um Estado de Exceção.

A Lei N° 7.398, de novembro de 1985 (‘Lei do Grêmio-Livre’)

Dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus e assegura aos estudantes o direito de se organizar em Grêmios:

“PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

§ 1º – (Vetado.)

§ 2º – A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidas nos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabele-

cimento de ensino, convocada para este fim.

§ 3º – A aprovação dos Estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 4 de novembro de 1985.164º da Independência e 97º da República.”

Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990 (o "ECA")

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 53º inciso IV, garante o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis.

7

Reorganização pela Base: Democracia, Ação Direta e Unidade com a Classe Trabalhadora

A tarefa organizativa mais importante é dar ao movimento estudantil um caráter de massas. E nesse sentido, é preciso romper com o *burocratismo* e o *imobilismo*. Se desvincular das entidades tuteladas e governistas (UNE, UBES e etc.), e também do seu próprio modelo de organização. Três tarefas são importantes: 1) organizar pela base; 2) fortalecer a ação direta dos estudantes; 3) unidade com as lutas e organizações dos trabalhadores.

A reorganização do movimento estudantil deve se dar a partir das bases (de baixo para cima). Ou seja, devemos mobilizar os estudantes, criar *auto-organização capaz de mobilizar os estudantes para a ação direta*. Essa tarefa se expressa hoje na organização dos estudantes das redes pública e privada em Grêmios e coletivos estudantis.

Por isso, nas escolas: devemos fortalecer os Grêmios e sua ligação com os estudantes: 1) garantir a existência regular de assembleias estudantis nas escolas; 2) Fazer das diretorias órgãos colegiados e criar Grupos de Trabalho abertos (com membros eleitos em assembleia) para agregar mais estudantes ao Grêmio; 3) criar Coordenações de Luta Estudantis Regionais (de âmbito municipal ou metropolitano) com plenárias de representantes eleitos nas assembleias nas escolas e uma comissão executiva colegiada.

Essa é a tarefa de reorganização. Com a organização pela base, poderemos articular as lutas estudantis de uma perspectiva classista e combativa. E através dessa luta, melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e tomar parte geral na luta contra as formas de exploração capitalista.

7.1 O significado da Independência, a importância da União e o Compromisso com a Luta

Devemos ter a compreensão que nós estudantes vivendo nesta sociedade de classes, estamos todos submetidos ao ensino mercadológico (ainda que pela rede pública) e que por isso compartilhamos uma realidade comum com estudantes de todas as escolas, apenas com variações de grau.

A “orientação” do Estado e dos capitalistas para a função que deve ter nossas escolas coloca necessariamente os estudantes de uma escola em ligação com outra. Esta ligação não se dá, obviamente, em termos de organização direta, da luta estudantil mesmo, por Grêmios e etc.

Não é interessante, somente para o Estado e os capitalistas, que os estudantes das mais diversas escolas de nossa localidade e do Brasil estejam unidos. Ou, se é interessante, é apenas com o intuito de se benefici-

arem com isto, como bem nos mostram seus principais instrumentos burocráticos entre os estudantes, a UNE e a UBES, que passam a ser correia de transmissão da política do governo e impedem a luta dos estudantes.

Quando falamos de união política entre as escolas, estamos então falando de uma política específica, não governista nem burocrática, mas COMBATIVA, CLASSISTA e INDEPENDENTE. Percebamos que é uma independência de classe, ou seja, separado do Estado, dos capitalistas e das entidades que a estes servem: mas nunca separados dos próprios estudantes.

Pelo contrário: a organização estudantil de uma escola como um Grêmio, deve ser necessariamente, dependente dos estudantes de sua escola e de estudantes e suas orga-

nizações em outros colégios. Não dependente no sentido de ferir a autonomia de decisões internas, mas dependente no sentido de ampliar o perímetro e a força de atuação de um Grêmio.

Deve-se ampliar este perímetro de força justamente porque estamos todos submetidos a uma mesma ordem educacional-econômica, e a luta de um estudante, é a luta de todos os estudantes.

Aqueles que não se organizam com outras escolas, se preocupando tão somente para dentro de seus muros, não são independentes, mas ao contrário, são corporativistas.

Nós dependemos sim de todos os estudantes e de todas as escolas para darmos respostas à altura dos ataques constantes do governo. “O segredo da vitória é o povo”, como dizia Mariguella. Esta é a condição primeira para planejarmos nossa luta.

Os Grêmios que compreendem que escola nenhuma é uma ilha, e que as políticas do governo local e federal atingem-nos a todos e que nenhuma conquista substancial para a educação virá através da luta de somente uma escola, mas sim por todas, estes devem estar na vanguarda, devem chamar a responsa-

bilidade para si, e não se omitir dela. No entanto, não basta compreender isto.

Não querer se organizar com estudantes de outras escolas ou querer, mas não se esforçar, na prática o resultado é o mesmo. A diferença é que ou isto evidenciará uma prática deliberada de se isolar ou evidenciará a incompreensão dessa necessidade.

Mas a pior de todas é a situação em que, compreendendo esta necessidade, não é realizado nenhum esforço para concretizá-lo na prática. Estamos falando, portanto, de compromisso, de disciplina e de iniciativa. Estamos falando da coerência entre aquilo que almejamos e necessitamos e aquilo que praticamos: a dialética entre ideia e ação.

Se não há responsabilidade e dedicação, se não há disposição de tempo e de força para realizar as tarefas políticas e organizativas mais elementares, então um Grêmio não serve para função histórica. Saber da importância disso não basta, é necessário empenho, dedicação, responsabilidade.

Se não há iniciativa de execução para tarefas corriqueiras, como reuniões democráticas e objetivas, como propaganda, como passagem

em salas de aula, como o próprio estudo dos programas que o governo impõe às escolas e da conjuntura política e econômica, tarefas da luta e da preparação para o conflito de massas de estudantes e trabalhadores versus os capitalistas e o Estado, o Grêmio perde sua função de ser.

Um Grêmio não é simplesmente um clube de amigos. Obviamente que deva existir entre nós um clima de respeito e de companheirismo. Mas um Grêmio, enquanto órgão de representação e luta estudantil, deve cumprir exclusivamente esta função, e que, portanto seus participantes devem saber separar bem os espaços e horários de discussões pessoais e brincadeiras, dos espaços de organização e luta política.

Um Grêmio deve, acima de tudo, respeitar aqueles estudantes que o

elegeram e cumprir a função a que se propôs. Os estudantes que compõem um Grêmio devem ser sempre os primeiros a entrarem nas lutas e os últimos a saírem. Devem saber criar, mutuamente, a participação amplamente democrática dos estudantes de sua escola com a também ampla responsabilidade de liderar as lutas, orientando sempre os melhores caminhos a seguir.

E o melhor caminho é, sempre, o da organização; nossa organização é sinônimo de poder, e é o poder estudantil que temos que criar para contrapor aos capitalistas e ao Estado: poder de cada sala de aula, poder de cada escola, até a união entre todos os e as estudantes do povo e nossa classe!

7.2 A escola como centro de Luta Popular-Comunitária

As escolas possuem um papel muito importante nos bairros e cidades. É através da escola que milhares de estudantes, pais, professores e demais trabalhadores se conhecem, criam vínculos de amizade, companheirismo, fazendo da escola um centro agregador da vida de uma

comunidade/bairro. Daí o termo comunidade escolar.

Porém, o que vemos hoje na maioria das escolas é um distanciamento entre escola e comunidade: muros cada vez mais altos, reuniões de pais cada vez mais ineficientes e sem

decisões importantes, pouco ou nenhum diálogo fraterno e igualitário entre os membros da comunidade escolar, um sentimento cada vez maior de não-pertencimento da parte dos estudantes e pais, escolas fechadas nos finais de semana.

Essa situação tem consequências ruins na vida pessoal e política dos membros da comunidade, que se veem em muitos casos como “segmentos” contrários uns aos outros, cada um fechado no seu individualismo e corporativismo.

É papel do Grêmios Estudantis tentar construir uma união entre pais, professores, servidores, terceirizados, e demais membros da comunidade. Essa união deve ter como objetivo tanto debater assuntos internos da escola (com real poder de decisão de estudantes, pais, etc.), quanto

para lutar por melhorias frente ao governo.

Para isso é necessário uma mudança radical da postura dos professores, estudantes, pais e demais funcionários: os professores pararem de achar que são superiores e “sabe-tudo”; os estudantes, pais, terceirizados e demais funcionários pararem de achar que suas opiniões não são importantes e, a partir disso, ter uma postura mais ativa e exigindo direito de fala e decisão dentro da escola.

Uma forma de organização é convocação de uma Assembleia Comunitária, que reuniria toda a comunidade, que seria presidida por um membro de cada segmento, e que discuta e proponha ações por melhorias na escola.

7.3 Construir Coordenações de Lutas Estudantis por Bairro e Cidade

Um dos principais elementos para a formação de um militante secundarista é sair dos muros da escola. Ou seja, não é deixar de atuar em sua escola, mas a partir da mobilização em sua escola construir lutas gerais pela educação e direitos coletivos

no seu bairro, cidade e país. Isso é importante, pois:

1) Os Grêmios isolados por escolas em geral estão fadados ao fracasso ou possuem sérios limites no que diz respeito ao poder de transformação, no máximo alterando pequenas

relações de poder ou conseguindo papel higiênico no banheiro, intervalo cultural, etc., mas que são rapidamente reversíveis;

2) Esse tipo de ação leva ao pensamento corporativista, a passividade e rápida desmobilização;

3) Os Grêmios e os militantes secundaristas devem buscar sempre a união e luta comum nas escolas do bairro como primeiro passo para romper com o corporativismo e expandir as possibilidades de ação e vitória;

4) O ato de sair da própria escola e militar também nas escolas próximas tende a fortalecer o temperamento de luta do militante, romper o acomodamento e desenvolver uma identidade propriamente SECUNDARISTA na atuação.

Portanto, é tarefa do secundarista combativo atuar também nas escolas próximas. Ajudando na construção ou fortalecimento dos Grêmios;



convocando reuniões de secundaristas e Grêmios independentes do bairro ou da cidade; construindo campanhas conjuntas entre várias escolas por reivindicações comuns (por exemplo, reforma e cobertura das quadras esportivas, dentre outras); e a médio-prazo (com as tarefas anteriores cumpridas) organizar uma Coordenação de Luta Estudantil do bairro ou da cidade.

8

Modelo de Estatuto para o Grêmio Estudantil Classista e Combativo

Um Estatuto é um acordo comum entre os estudantes da escola, portanto, é muito importante entender e levar em consideração o Estatuto do Grêmio Estudantil.

Por outro lado, dentro da concepção classista e combativa, o estatuto deve estar subordinado à luta e não o contrário. O Estatuto não deve ser um “amontoado” de regras que servem para paralisar a ação estudantil. Ele deve potencializar a ação coletiva.

Mais do que um Estatuto “perfeito” (que não existe) o que fará um Grêmio ativo será a determinação dos estudantes em agir e “botar a mão na massa”. Sempre que um Estatuto esteja “caduco”, “velho”, ele pode e deve ser atualizado pela Assembleia Estudantil para atender as novas demandas de organização e mobilização dos estudantes.



CAPÍTULO I – Denominação, Sede, Fins e Duração

Art. 1º - O Grêmio Estudantil é a agremiação geral dos estudantes da Escola/Colégio localizado(a) na Cidade de e fundado em , com sede no referido estabelecimento de ensino, de duração ilimitada, sem fins lucrativos.

Parágrafo Único – As atividades do Grêmio Estudantil reger-se-ão pelo presente Estatuto, aprovado em Assembleia Geral para este devido fim.

Art. 2º - O Grêmio Estudantil tem por objetivos:

1. Congregar o corpo discente da Escola/Colégio referido;
2. Organizar os estudantes para a luta coletiva em defesa de seus direitos e interesses;
3. Incentivar a cultura literária, política, artística, científica e desportiva de seus membros;
4. Promover a integração dos estudantes com os demais trabalhadores da Comunidade Escolar (professores, pais e funcionários) de modo a contribuir para a gestão direta da Escola/Colégio;
5. Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural, educacional, político, desportivo e social com entidades congêneres e afins;
6. Defender a adequação do ensino às reais necessidades da juventude e da classe trabalhadora, bem como pela educação popular, gratuita, de qualidade que sirva aos interesses dos trabalhadores;
7. Construir a unidade e a solidariedade, fundada sobre a liberdade responsável e a democracia direta, dos estudantes da Escola/Colégio, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política e/ou religiosa;
8. Reafirmar e consolidar a democracia pela base, dentro e fora da Escola/Colégio, garantindo amplos mecanismos de participação dos estudantes nas decisões fundamentais do Grêmio Estudantil.

Parágrafo Único – Todo o poder regulado por este Estatuto emana dos estudantes e por eles será exercido.

CAPÍTULO II – Dos Associados

Art. 3º - São membros do Grêmio Estudantil, todos os estudantes regularmente matriculados na Escola/Colégio.

1. No caso de expulsão ou transferência de um estudante, a Assembleia decidirá sobre seu direito de permanecer membro como direitos de voz e voto, avaliando e julgando com autonomia a decisão da Diretoria Escolar;

2. As sanções disciplinares aplicadas pela Escola/Colégio ao estudante não se estenderão as suas atividades como agremiado.

Art. 4° - São direitos do associado:

1. Participar de todas as atividades do Grêmio Estudantil;
2. Votar e ser votado, observadas as disposições deste Estatuto;
3. Encaminhar propostas, observações, sugestões e moções nas instâncias deliberativas do Grêmio Estudantil;
4. Propor mudanças e alterações parciais ou completas do presente Estatuto.

Art. 5° - São deveres do associado:

1. Conhecer e cumprir as normas deste Estatuto;
2. Informar à Coordenação qualquer violação da dignidade do segmento de estudantes, cometidas na área da Escola/Colégio ou fora dela;
3. Manter a luta incessante pela unidade e fortalecimento do Grêmio Estudantil;
4. Zelar pelo patrimônio do Grêmio Estudantil.

CAPÍTULO III – Da Organização e Funcionamento do Grêmio Estudantil

Art. 6° - São instâncias de decisão do Grêmio Estudantil:

1. A Assembleia Geral dos estudantes;
2. O Conselho de Representantes de Turmas.

SEÇÃO I - Das Assembleias Gerais

Art. 7° - Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação do Grêmio Estudantil, nos termos deste Estatuto, e aberta a todos os estudantes da escola com direito a voz, voto e ação.

Art. 8° - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente:

1. Para a apresentação da nova Coordenação e acertos de contas da antiga;
2. No mínimo de três em três meses;
3. Ao término de cada ano letivo da escola, para deliberar sobre a prestação de contas do corrente ano da Coordenação.

Parágrafo Primeiro – A convocação para as assembleias serão feitas pela Coordenação, através de passagem em salas, divulgado com antecedência de 48 horas e constando a pauta a ser discutida.

Parágrafo Segundo – Qualquer estudante poderá auto-convocar uma Assembleia quando a gestão eleito do Grêmio não o fizer, para isso sendo necessário o apoio expresso de 5% do total de estudantes matriculados na escola

Art. 9° - A Assembleia Geral poderá reunir-se extraordinariamente podendo ser chamada por qualquer estudante do colégio em questão. O Conselho de Representantes de Turmas ou a Coordenação também poderá convocá-la quando achar necessário. Em qualquer caso, a convocação será feita com o mínimo de 48 horas de antecedência, discriminando e fundamentando todos os assuntos a serem tratados, em caso não previsto neste Estatuto.

Art. 10° - A Assembleia Geral deliberará por maioria simples de votos, sendo obrigatório o quorum mínimo de 5% dos estudantes em primeira chamada e livre na segunda para iniciar.

Art. 11° - Compete a Assembleia Geral:

1. Aprovar e reformular o Estatuto do Grêmio Estudantil;
2. Dar posse à Coordenação do Grêmio Estudantil;
3. Discutir e votar as teses, estratégias de luta, recomendações, moções, adendos, e propostas apresentados por qualquer um de seus membros;
4. Denunciar, suspender ou destituir agremiados que ocupam a Coordenação do Grêmio Estudantil, de acordo com o resultado de inquéritos procedidos, desde que comunicados e garantido o amplo direito de defesa do(s) acusado(s);
5. Receber e considerar os relatórios da Coordenação e prestação de contas;
6. Marcar, caso necessário Assembleia Geral extraordinária, com dia, hora e pauta fixados.

SEÇÃO II – Do Conselho de Representantes de Turmas

Art. 12° - O Conselho de Representantes de Turmas (CRT) é a instância deliberativa intermediária do Grêmio Estudantil, sendo constituído pelos representantes eleitos pelas turmas, assim como estudantes da Escola/Colégio convidados em caso extraordinário ou pelo CRT ou pela Coordenação.

Art. 13° - O CRT reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por algum de seus membros ou pela Coordenação.

Parágrafo Único – O CRT funcionará com a presença da maioria simples de seus membros, deliberando por maioria simples de votos.

Art. 14° - O CRT será eleito anualmente, em data fixada pela Coordenação em período letivo.

Parágrafo Único – Os representantes são eleitos por suas turmas, e podem ser revogados a qualquer momento pelas mesmas na medida em que não correspondem a sua vontade coletiva.

Art. 15° - Compete ao Conselho de Representantes de Turmas:

1. Discutir e votar propostas da Assembleia Geral e da Coordenação do Grêmio Estudantil;
2. Zelar pelo cumprimento do Estatuto do Grêmio Estudantil e deliberar casos omissos;
3. Ajudar a Coordenação do Grêmio Estudantil na execução de suas tarefas administrativas e aprovar o Programa Anual de Trabalho;
4. Apreciar as atividades da Coordenação, podendo convocar, para esclarecimentos, qualquer de seus membros;
5. Deliberar, nos limites estatutários, sobre assuntos de interesse do corpo discente e de cada turma representada.
6. Aprovar a constituição de Comissões Permanentes ou Provisórias, indicar seus membros, definindo suas atribuições e seu âmbito de atuação, mediante referendo da Assembleia Geral.

Primeiro Único – É vedada a eleição de qualquer membro da Coordenação para delegado de turma.

Art. 16° - São instâncias executivas do Grêmio Estudantil:

1. A Coordenação
2. As Comissões

SEÇÃO III – Da Coordenação Geral

Art. 17° - A Coordenação corresponde a gestão eleita e é a instância de direção política e executiva do Grêmio Estudantil.

Art. 18° - A Coordenação do Grêmio Estudantil é constituída pelos seguintes membros:

1. Coordenação de Organização (um coordenador, pelo menos)
2. Coordenação de Finanças (um coordenador, pelo menos)
3. Coordenação de Comunicação (um coordenador, pelo menos)
4. Coordenação de Políticas Estudantis (de um a três coordenadores, pelo menos)
5. Coordenação de Combate a Discriminação (um coordenador, pelo menos)
6. Coordenação Social e de Cultura Popular (de um a dois coordenadores, pelo menos)

7. Coordenação de Esportes (um coordenador, pelo menos)

Primeiro Parágrafo - É vedado o acúmulo de funções por membros da Coordenação.

Segundo Parágrafo – Cada função conta com um Coordenador plenamente responsável, podendo conformar, se necessário, uma comissão.

Terceiro Parágrafo – Deverá haver ao menos um membro do Grêmio estudando em cada turno da Escola.

Quarto Parágrafo – O Grêmio não terá Presidentes, mas será regido por um sistema Colegiado, no qual membros de todas as Comissões tem igual poder de voz, voto e ação;

Art. 19° - Cabe a Coordenação Geral:

1. Elaborar o Programa Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação da reunião Colegiada do Grêmio, do Conselho de Representantes de Turma e da Assembleia;
2. Colocar em execução o programa aprovado, mencionado no inciso anterior;
3. Dar a Assembleia Geral conhecimento sobre: a) Normas estatutárias que regem o Grêmio Estudantil; b) As atividades desenvolvidas pela Coordenação; c) O planejamento e a aplicação dos recursos do fundo financeiro.
4. Tomar medidas de emergência, não previstas no Estatuto, assim como responder pelo Grêmio Estudantil nos intervalos entre os CDTs, submetendo-se ao seu posterior referendo;
5. Reunir-se, ordinariamente, pelo menos duas vezes ao mês e, extraordinariamente, por solicitação de 2/3 de seus membros.

Art. 20° - Compete a Coordenação de Organização:

1. Publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir com vites;
2. Secretariar e lavrar as atas, das reuniões da Coordenação e das Assembleias Gerais;
3. Redigir e assinar correspondência oficial do Grêmio Estudantil;
4. Assinar, juntamente com o Coordenador de Finanças, os documentos e balancetes, bem como os relativos à movimentação financeira;
5. Apresentar, juntamente com o Coordenador de Finanças, a prestação de contas à instância competente.
6. Manter em dia os arquivos do Grêmio Estudantil;
7. Cumprir e fazer cumprir as normas do presente Estatuto.

Art. 21° - Compete a Coordenação de Finanças:

1. Administrar bens e patrimônios do Grêmio Estudantil;

2. Organizar e manter em dia todas as finanças do Grêmio Estudantil;
3. Assinar, juntamente com o Coordenador de Organização, os documentos e balancetes, bem como os relativos à movimentação financeira;
4. Apresentar, juntamente com o Coordenador de Organização, a prestação de contas à instância competente.

Art. 22° - Compete a Coordenação de Comunicação:

1. Responder pela comunicação da Coordenação com os estudantes e a Comunidade Escolar;
2. Manter os estudantes informados dos fatos de interesses coletivos;
3. Editar o Boletim Informativo do Grêmio Estudantil;
4. Construir veículos de informação ágeis, que respondam pontualmente às questões de relevância no cotidiano estudantil (panfleto, cartazes, faixas, redes sociais, murais);
5. Estabelecer solidariedade com organizações da Comunidade Escolar, propondo e realizando atividades comprometidas com o bem-estar social da Comunidade Escolar, formando trabalho conjunto com o Coordenador Social e Coordenador de Políticas Estudantis.

Art. 23° - Compete a Coordenação de Políticas Estudantis:

1. Orientar o Grêmio Estudantil para uma prática de lutas e busca incessante de soluções coletivas;
2. Contribuir para a construção de um programa de trabalho participativo e mobilizador;
3. Aprofundar a história do movimento estudantil, potencializando esse resgate como indispensável para a politização dos agremiados;
4. Dinamizar a luta estudantil, procurando fazer alianças com organizações e estudantes de outras escolas, com a luta da classe trabalhadora organizada em sindicatos ou movimentos populares (a nível Local, Estadual e Federal).
5. Estar sempre informado sobre os acontecimentos referentes às questões estudantis;
6. Estabelecer solidariedade com organizações da Comunidade Escolar, propondo e realizando atividades comprometidas com o bem-estar social da Comunidade Escolar, formando trabalho conjunto com o Coordenador de Comunicação e Coordenador Social.

Art. 24° - Compete a Coordenação de Combate a Discriminação:

1. Lutar pela união dos estudantes, integrando os diferentes grupos;
2. Discutir as reivindicações das mulheres, tais como creches, matérias que resgatem a história de luta das mulheres, educação sexual e etc.

3. Lutar contra a homofobia dentro da escola; realizar debates e palestras sobre o tema.
4. Promover eventos, debates e oficinas que busquem promover a história da luta e da cultura do povo negro e indígena.
5. Lutar contra o racismo e a xenofobia dentro da escola.
6. Incentivar a participação das meninas na Luta e nas instâncias do Grêmio Estudantil.

Art. 25° - Compete a Coordenação Social e de Cultura Popular:

1. Promover atividades sociais e de entretenimento, tais como festas, excursões, desfiles, confraternizações etc.;
2. Incentivar, planejar e pôr em prática, ações que contribuam com a qualidade e vida dos estudantes;
3. Lutar pela transformação cultural do estudante, pelo protagonismo dos mesmos. Fazendo o constante diálogo sobre a cultura individualista/consumista proposta pela grande mídia, e, refletir sobre a cultura popular e todas as manifestações das classes oprimidas;
4. Promover atividades que tenham por finalidade incentivar práticas culturais nos estudantes, tais como oficinas artístico-culturais, festivais, palestras, debates, exposições, concursos, recitais, mostras, shows, etc.;
5. Incentivar a criação de grupos artísticos, como teatro, dança, desenho e de outras atividades de natureza cultural.
6. Estabelecer solidariedade com organizações da Comunidade Escolar, propondo e realizando atividades comprometidas com o bem-estar social da Comunidade Escolar, formando trabalho conjunto com o Coordenador de Comunicação, Coordenador de Combate a Discriminação e Coordenador de Políticas Estudantis;
7. Contribuir com reflexões sociais e políticas na vida da Comunidade Escolar.

Art. 26° - Compete a Coordenação de Esportes:

1. Coordenar, orientar, e incentivar a prática esportiva no corpo discente;
2. Incentivar a prática de esportes organizando eventos esportivos internos e externos;
3. Primar por atividades lúdicas saudáveis e jogos cooperativos.
4. Festival de Jogos Populares (golzinho, beto, pipa, etc.).

SEÇÃO IV – Das Comissões

Art. 27° - Poderão existir Comissões Permanentes ou Provisórias, quantas forem necessárias, para assuntos de interesse do Grêmio Estudantil, principalmente na coletivização de cada Coordenação.

Parágrafo Único – A organização e o funcionamento dessas Comissões serão determinados pelo Conselho de Representantes de Turmas ou pela Assembleia Estudantil.

CAPÍTULO IV – Das Eleições

Art. 28° - A eleição dos estudantes que ocuparão a Coordenação do Grêmio Estudantil se realizará na Escola/Colégio, por eleição direta e secreta, através de chapas sob o critério de maioria simples de votos.

Primeiro Parágrafo – Para ocupar cargos é indispensável que os candidatos estejam matriculados na Escola/Colégio, com um mínimo de frequência.

Segundo Parágrafo – Na inscrição para chapa os estudantes deverão apresentar uma lista com seus respectivos cargos.

Terceiro Parágrafo – Na inscrição, as chapas deverão apresentar seu Programa de Lutas e Reivindicações Estudantis;

Art. 29° - O processo eleitoral será encaminhado por uma Comissão Eleitoral. A Comissão Eleitoral será constituída com livre inscrição de qualquer estudante que não formará chapa. A Comissão Eleitoral será votada por Assembleia Geral. Através de um Regimento debatido e votado entre os eleitos para a Comissão Eleitoral se fará as regras gerais do processo eleitoral.

Primeiro Parágrafo – É vedado o uso do Grêmio estudantil e sua estrutura em prol da divulgação e organização de uma chapa, o que a Comissão Eleitoral deve observar.

Segundo Parágrafo – As atividades desta devem manter-se o mais transparente possível, para fins de fiscalização.

Terceiro Parágrafo – A Comissão Eleitoral será instalada com antecedência de 1 (um) mês ao final de uma gestão.

Quarto Parágrafo – A Comissão Eleitoral será formada de, pelo menos, três estudantes, distribuídos nos turnos da Escola;

Art. 30° - A apuração dos votos ocorrerá no dia imediato à realização das eleições.

Parágrafo Único – A mesa apuradora será coordenada por um membro da Comissão Eleitoral de consenso entre as chapas, contando com o auxílio dos demais membros da Comissão Eleitoral assim como dois representantes de cada chapa concorrente.

Art. 31° - Pela maioria simples de votos será estabelecida a eleição da chapa para a Coordenação do Grêmio Estudantil.

Parágrafo Único – Em caso de fraude comprovada, a mesa apuradora dará por anulado o referido pleito, marcando-se novas eleições no prazo de 10 (dez) dias letivos, concorrendo ao novo pleito todas as chapas anteriormente inscritas.

Art. 32° - A posse da Coordenação eleita ocorrerá formalmente na Assembleia Geral subsequente às eleições.

Art. 33° - A duração da gestão da Coordenação eleita será de 1 (um) ano, a partir do dia da posse da mesma.

Parágrafo Único – A desistência eventual de qualquer cargo de função será preenchida pela indicação da Coordenação, sendo aprovado em Assembleia geral, ou com indicação livre de Suplência prévia na Assembleia Geral da Coordenação eleita.

CAPÍTULO V – Do Regime Disciplinar

Art. 34° - Constitui infração disciplinar:

- 1.** Usar o Grêmio Estudantil para fins diferentes dos seus objetivos, visando privilégio pessoal, de partidos ou empresas;
- 2.** Deixar de cumprir as disposições deste Estatuto;
- 3.** Prestar informações referentes ao Grêmio Estudantil que coloque em risco a integridade de seus membros;
- 4.** Praticar atos que venham a ridicularizar a entidade, seus sócios ou seus símbolos;
- 5.** Atentar contra a guarda e o emprego dos bens do Grêmio Estudantil.
- 6.** Atentar contra a liberdade de organização e liberdade de expressão de outros grupos dentro da escola;

Art. 35° - São competentes para apurar as infrações dos itens acima o Conselho de Representantes de Turmas ou Comissões organizadas especificamente para isso, de acordo com a opção da Assembleia Estudantil;

Primeiro Parágrafo – Todos sócios do Grêmio Estudantil estão vulneráveis a este artigo.

Segundo Parágrafo – Em qualquer das hipóteses do artigo será fornecido ao infrator o amplo direito de defesa perante a apuração e à Assembleia Geral.

Art. 36° - Apuradas as infrações, serão discutidas na Assembleia Geral e aplicadas as penas de suspensão ou expulsão do quadro de sócios do Grêmio Estudantil ou da Coordenação do Grêmio conforme a gravidade da falta.

Parágrafo Único – O infrator, caso seja membro da Coordenação, perderá seu mandato, devendo responder pelas perdas e danos perante as instâncias deliberativas do Grêmio Estudantil.

CAPÍTULO VI – Do patrimônio, sua Constituição e Utilização

Art. 37° - O patrimônio do Grêmio Estudantil será constituído por:

1. Contribuição de seus sócios.
2. Rendimentos oriundos de programações da entidade.
3. Contribuição de terceiros, observando a independência do Grêmio Estudantil perante qualquer organização, empresa, partido, etc.

CAPÍTULO VII – Da Simbologia

Art. 38° - A abreviatura oficial do Grêmio Estudantil é “.....”.

Art. 39° - Adota-se como imagem-símbolo do Grêmio Estudantil um

Art. 40° - Adota-se como consigna ou lema do Grêmio Estudantil: “.....”.

CAPÍTULO VIII – Disposições Gerais e Transitórias

Art. 41° - O presente Estatuto poderá ser modificado mediante proposta de qualquer membro da Coordenação, do Conselho de Delegados de Turmas, ou dos membros outros em Assembleia Geral.

Parágrafo Único – As alterações serão discutidas pela Coordenação e pelo Conselho de Representantes de Turmas e aprovadas em Assembleia Geral.

Art. 42° - A dissolução do Grêmio Estudantil somente ocorrerá quando for extinta a Escola/Colégio e caso não tenham estudantes lutando para que ela permaneça aberta;

Art. 43° - Este Estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Assembleia Geral dos Estudantes da Escola/Colégio.

RECC – REDE ESTUDANTIL CLASSISTA E COMBATIVA



Nós da RECC acreditamos que os princípios que devem orientar a luta estudantil sejam a ação direta, o anti-governismo, o anti-reformismo, a democracia de base, a autonomia frente a partidos e governos e o classismo.

É a luta de classes, o confronto direto de uma massa de bravos e destacados estudantes e trabalhadores, sem nenhuma colaboração com nossos inimigos, que garantirá nossas vitórias mais imediatas e históricas.

A RECC quer estimular esta auto-organização combativa. A RECC pretende ser um instrumento de união entre todos aqueles estudantes sério, honestos e conscientes de seu papel histórico.

A RECC pretende ser a fagulha para acender a massa que se ergue desde baixo, que não constrói sua luta com acordos de cúpulas, mas com os esforços dos próprios estudantes.

Por isso convocamos os estudantes secundaristas do Brasil a construírem ativamente conosco o MOVIMENTO ESTUDANTIL CLASSISTA E COMBATIVO. Nem um passo atrás!

A VITÓRIA DOS ESTUDANTES É OBRA DOS PRÓPRIOS ESTUDANTES!

VIVA A ALIANÇA ESTUDANTIL-PROLETÁRIA!

PUNHO CERRADO CONTRA O ESTADO E O CAPITAL!

BARRAR A OFENSIVA BURGUESA-NEOLIBERAL À EDUCAÇÃO!



REDE ESTUDANTIL CLASSISTA E COMBATIVA

É pela própria organização que os estudantes têm o poder de construir um movimento para lutar por seus direitos e conquistar melhorias para hoje e que ficarão como legado para as gerações futuras. Com o Grêmios, a luta de um estudante é a luta de todos os estudantes.

CAUSA DO Povo!